



Anais da Assembléia

N.011

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA ATA DA 009.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1.988 QUARTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Raul Lopes e Nilton Barbosa.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cherisgate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Herma Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlanio Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Cristóvão, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achanado-se ausente o Senhor Deputado Rafael Greca (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de

votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) - Eu requero a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e três Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Há "quorum" para votação.

A Presidência irá proceder à verificação de votação da Ata, atendendo solicitação do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

(É procedida a verificação de votação) Aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n.^o 234/87- P/MC, do Senhor Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que a Sessão Plenária realizada no dia 03 do corrente mês, julgando a representação n.^o 1.304-9, representados o Governador e esta Assembléia Legislativa, proferiu a seguinte decisão.

"Julgou-se procedente a representação, e declarou-se a inconstitucionalidade da Lei n.^o 8.082, de 28 de maio de 1985, do Estado do Paraná. Decisão unânime. Votou o Presidente".

Ab conhecimento da Casa.

Sob o n.^o 002/88- P/MC, do Senhor Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que em Sessão Plenária realizada no dia 1.^o do corrente mês, julgando a representação n.^o 1.435-5, representados o Governador e este Estado e esta Assembléia Legislativa, proferiu a seguinte decisão:

"Julgou-se procedente a representação e declarou-se a inconstitucionalidade dos parágrafos 10 e 11, do artigo 1.^o; do artigo 3.^o e seu parágrafo único; do parágrafo único do artigo 5.^o; do artigo 6.^o e seu parágrafo único e do artigo 19, todos da

Lei n° 7827, de 29 de dezembro de 1983, do Estado do Paraná, bem como do artigo 21, item 12, do Artigo 22, item 16, todos do Decreto Estadual n° 3876, de 20 de setembro de 1984, que regulamentou a referida Lei. Decisão unânime. Votou o Presidente".
Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 004/88- P/MC, do Senhor Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que em sessão plenária, realizada no dia 03 do corrente mês, julgando a representação n° 1.221-2, do Estado do Paraná, proferiu a seguinte decisão:

"Julgou-se procedente a representação e declarou-se a inconstitucionalidade da Lei n° 01/84, de 28 de maio de 1984, do Estado do Paraná. Decisão unânime.

Votou o Presidente".
Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 111/86.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 111/86, de autoria do Deputado Nilson Sguarezzi.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Apoiamento: Sabino Campos, Raul Lopes, Nilton Barbosa, Luiz Carlos Alborghetti, Tadeu Lúcio Machado, Cândido Bastos, Haroldo Rodrigues Ferreira, Vera Agibert, Amélia Hruschka, Lauro Lóbo Alcântara, Dirceu Manfrinato, Eduardo Baggio, Edmar Luiz Costa, Domingos Scarpellini, Hermas Brandão e Nereu Carlos Massignan.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, aos seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei n° 185/85 - Dá nova redação ao Artigo 2° da Lei n° 7.787, de 21.12.83, e adota outras providências. (Assegura enquadramento ao funcionário estável, ocupante do cargo da estrutura do Grupo Ocupacional TAF, com mais de 20 anos de serviços prestados a CRE).

D.A.P. em 18.09.87.

Projeto de Lei n° 192/87- Declara de Utilidade Pública a Associação de Mães de Mato Queimado, com sede e foro em Canbeira, Distrito de Água Azul, Município da Lapa. C.C.J., Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado em 09.09.87 - Diligência do autor em 17.11.87.

Projeto de Lei n° 269/87- Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional do Jardim São Jorge, com sede e foro no Município de Paranavaí. C.C.J., Relator Deputado Hermas Brandão em 20.10.87- Diligência do autor em 16.11.87.

Projeto de Lei n° 341/87 - Declara de Utilidade Pública o Lar Espírita Fraternidade de Valbrização da Vida, com sede e foro em Paranavaí. C.C.J. Relator Deputado Artagão Mattos Leão em 23.11.87. Diligência do autor em 24.11.87.

Projeto de Lei n° 355/87 - Autoriza o Poder Executivo a Estadualizar a Fundação Faculdade Municipal de Ciências e Letras de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí. C.C.J., Relator Deputado Artagão Mattos Leão, em 27.11.87.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Preferência de Votação, aos Projetos de Lei n° 040/88 e 039/88.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, adiantamento de discussão, por 5 sessões, do Projeto de Lei n° 55/85, da iniciativa do Poder Executivo.

Justifica-se a retirada do processo de discussão, face à necessidade de adaptação do mesmo às normas legais, vigentes e pertinentes à espécie, no que se refere ao laudo de avaliação.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER à Mesa Executiva desta Assembléia, a inclusão

imediate na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução n° 111/86, de autoria do Deputado Nilsö Sguarezzi, que trata da regulamentação das Lideranças na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) CAITO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na ordem do Dia do Projeto de Lei n° 156/87, de sua autoria, que visa tornar obrigatória a adoção do vale transporte pelo Poder Público Estadual.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ivan Crissi, vítima de trágico acidente, ocorrido no dia 14 de março último, na Cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Ivan Crissi, funcionário aposentado, pessoa muito estimada na comunidade guarapuavana, deixa como patrimônio aos 66 anos o esforço e dedicação ao trabalho, bem como o exemplo de honradez que sempre marcou sua vida.

Deixa viúva a Senhora Zenódia Grutika Crissi e seus 5 filhos. Outrossim, solicita que da decisão do Plenário, seja dada ciência à família enlutada, sito à Rua das Crianças, s/n° Vila Santana em Guarapuava.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à família de Irineu Meneguetti, contendo votos de pesar pelo seu passamento, ocorrido no dia de ontem na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ANTÔNIO BARBARA.

JUSTIFICATIVA:

Radicado na Cidade de Maringá, Irineu Meneguetti e sua família, muito fizeram pelo desenvolvimento daquela região, e nada mais justo que nós, que o conhecemos de perto, e com ele convivemos, stmos sabedores e testemunha de tudo o que a família Meneguetti realizou por nossa Cidade e região, além de encaminharmos esta solicita-

ção, também se fizesse o registro nos Anais deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado voto de pesar desta Casa de Leis, a Senhora Jadete Barros Espindola, Escoba Jardim Kosmos, situada no Jardim Kosmos em Maringá, pelo passamento do companheiro Hamilton Espindola, grande lutador pelas causas do PMDB em Maringá, esposo da referida Senhora.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis votos de congratulações à COCAMAR - Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, pelos seus 25 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento tem por finalidade enaltecer os relevantes serviços que vem sendo prestados pela COCAMAR à comunidade maringaense, em especial aos cafeicultores daquela região desde a sua fundação há 25 anos atrás.

Ao comemorar seu Jubileu de Prata a COCAMAR é um símbolo do desenvolvimento e da pujança do valoroso povo do Norte do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis votos de congratulações à SOCIEDADE RURAL NOROESTE DO PARANÁ, na pessoa do seu Ilustre Presidente, Senhor Carlos Bergamini e toda a sua Diretoria pelo sucesso na 17ª EXPOFAPA - Exposição Feira Agropecuária de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A competência e dedicação do Senhor Carlos Bergamini e toda sua Diretoria na condução da Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, além de outras consequências positivas, tais como a de ser um instrumento hábil para o desenvolvimento da região Noroeste do Estado, trouxe como reflexo imediato o sucesso incontestável da 17ª EXPOFAPA, realizada na semana próxima passa-

da na Cidade de Paranavaí.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja enviado votos de congratulações ao SENAI, através de sua Diretoria, pela comemoração dos 45 anos de fundação deste serviço no Paraná.

Outrossim, REQUER, ainda, que dá decisão da mesa seja dada ciência à Diretoria do SENAI.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se pelo brilhante trabalho que o SENAI vem efetuando na preparação de mão-de-obra qualificada do Setor Industrial e de atividades assemelhadas proporcionando aos trabalhadores formação profissional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário sejam enviados votos de congratulações aos portuários do Porto de Paranaguá, pela comemoração dos 53 anos de serviços prestados em prol da comunidade paranaense, no dia 17 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, seja consignado voto de louvor ao semanário "Gazeta do Sudoeste", na passagem do segundo aniversário da sua fundação.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 19 de março de 1986, a "Gazeta do Sudoeste", conseguiu em 2 anos, firmar-se como o maior veículo de comunicação escrita da Região Sudoeste.

Tendo optado por uma linha editorial totalmente independente, com fim precípuo de defender os interesses da Região, a "Gazeta do Sudoeste", cujas atividades não têm cor partidária ou ideológica, vem dia a dia se impondo como um informativo que conquistou o crédito e a respeitabilidade dos seus leitores.

Com a finalidade de divulgar, informar, elogiar ou criticar, este órgão conseguiu transpor todos os obstáculos, enfrentando as adversidades com galhardia, graças à segura direção de Angelo Celeski

e à competência da sua equipe.

Pelo exposto, encarecemos o aval dos nobres Pares desta Augusta Casa, e solicitamos seja cientificado o Senhor Angelo Celeski, mui digno editor chefe desse conceituado informativo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor Antônio Lopes de Noronha, a seguinte solicitação:

Ampliação do contingente de soldados na 2ª Companhia do 7º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Cruzeiro do Oeste, com vistas a reforçar o policiamento dos municípios daquela região.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação pauta-se no fato de que a região, atualmente, tem sido alvo de incidentes que vêm colocando em risco a segurança da população, como o ocorrido há poucos dias, quando Bancos dos Municípios de Icaraíma, Francisco Alves e Terra Roxa foram assaltados. Nestes Municípios, inclusive, o número de soldados em atuação é pequeno, não oferecendo condições de um trabalho amplo e garantidor da segurança pública.

Além deste ocorrido, muitos outros preocupam, com assaltos a residências, furtos de carros, atitudes de vandalismo nas ruas, fatos estes que não podem ser controlados por um número reduzido de soldados.

Por estes motivos é que solicitamos, por parte do Senhor Secretário, medidas de ampliação do contingente de soldados, no sentido de garantir a tranquilidade e paz social das comunidades daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a cobertura do pátio de recreio da Escola Osvaldo Cruz - Ensino de 1º grau, localizada no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, e 16.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Osvaldo Cruz de Campo Mourão atende 750 alunos de 1º grau. Esses alunos

estão impossibilitados de abandonar as salas de aulas nos períodos de chuvas porque o pátio de recreios não dispõe de cobertura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor César Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a creche Menino Jesus de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A creche Menino Jesus de Campo Mourão presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária diante da atual crise econômica que assola o País, necessita de apoio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social Deputado Rubens Bueno, no sentido de que seja enviado auxílio financeiro a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se faz em função dos relevantes serviços prestados aos excepcionais daquela Região, tendo como meta prioritária seu desenvolvimento e ajustamento ao meio ambiente.

Seu atendimento estende-se também à prestação de assistência médica, pedagógica e social, mantendo a escola especializada "Carinho Fraternal".

Do presente REQUER, se dê conhecimento ao Presidente da associação acima referida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Gover-

nador do Estado do Paraná Senhor Álvaro Fernandes Dias, ao Secretário de Estado da Educação Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor e ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social Deputado Rubens Bueno, no sentido de que seja enviado auxílio financeiro à Associação de Pais e Mestres - APM - do Colégio Estadual Marçílio Dias, sediado no Município de Itambaracá.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de que a associação acima citada é mantida através da coleta comunitária, e tendo em vista a carência econômica que se encontra atualmente, faz-se necessário o referido auxílio, para que assim possamos melhorar as condições de ensino e desenvolvimento educacional da população.

Do presente, REQUER se dê conhecimento a Senhora Seiji Kajiwara, Presidente da Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Marçílio Dias e Senhora Ana Capellari de Souza, Diretora do referido colégio, à rua Paraná 140 - Itambaracá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a implantação de uma linha de ônibus desde Ivaiporã, passando por Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Reserva e chegando até Curitiba e vice-versa, sem baldeações.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Com a evolução dos meios de transportes coletivos, a implantação de modernas rodovias pavimentadas, e estradas vicinais macadamizadas, enfim, com tantos benefícios em favor das comunidades, não é justo que, ainda uma parte da população dos Municípios citados, sejam obrigados a se sujeitarem a longas esperas, baldeações, intempéries, cansaço, despesas adicionais acima de suas posses, e tantos outros sacrifícios que nos dias atuais não mais se justificam.

A interligação dos Municípios de Ivaiporã, Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Reserva, até Curitiba, é sem dúvida, uma justa aspiração da população que precisa ficar à beira das estradas, ou em entroncamentos rodoviários, sempre distantes de onde residem, e que os faz utilizar 3 ônibus até alcançarem esta capital, o mesmo acontecendo na volta.

Assim, a solicitação é procedente, e se fundamenta numa real necessidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Edson Gracia, Digníssimo Secretário de Estado dos Esportes, solicitando a construção de cobertura da cancha de esportes da Escola Osvaldo Cruz - Ensino de 1º grau, de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A referida escola atende o número de 750 alunos, que estão impossibilitados de praticar esportes e frequentar aulas de educação física durante os períodos de chuva na cancha de esportes porque a mesma não dispõe de cobertura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da LBA - Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a creche Alan Kardec de Peabiru.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A creche Alan Kardec atende crianças necessitadas do Município de Peabiru e Região. Atualmente, a referida creche necessita de auxílio financeiro para perseverar no trabalho de assistencialismo à população carente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Companhia Energética de São Paulo - CESP - Dr. Wilson de Araújo Costa, solicitando informações sobre a futura USINA QUEBRA CANOA, que será construída no Rio Parapanema, divisa com o Estado do Paraná:

INFORMAÇÕES GERAIS:

Situação da Usina

Bacia

Rio

Município

Estado

Longitude

Latitude

Área de drenagem (km²)

Data de enchimento do reservatório

Início operação comercial

Potência nom. final

Número de turbinas

Área do reservatório

Área de inundação por município

Número de propriedades inundadas

Valor (por alqueire) a ser pago

Outras indenizações

Sala das Sessões, em 16.03.88

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A preocupação dos proprietários, em sua maioria pequenos proprietários, é o que faz com que este requerimento seja dirigido à CESP - Companhia Energética de São Paulo, pois, os mesmos querem viver as suas propriedades avaliadas de acordo com a realidade do mercado. E, também, o tempo em que poderão utilizar as terras sem maiores problemas é fundamental para os agricultores do lado paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembleia, o encaminhamento ao Senhor Secretário de Estado da Educação, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Qual o objetivo do Projeto denominado PIC?
2. Quando foi o mesmo projeto implantado?
3. Qual a estrutura organizacional do Projeto?
4. O PIC funciona em prédio próprio do Estado? Onde?
5. Se não funciona em prédio próprio:
 - a) Quem é o proprietário do prédio ocupado pelo PIC?
 - b) Quanto paga o Estado mensalmente, a título de aluguel, pelo imóvel?
 - c) Qual o contrato de locação e qual sua duração?
 - d) Em caso de rescisão do contrato está prevista multa para a parte rescisora? Para ambas as partes? Em que termos?
 - e) Quais os termos da cláusula de reajuste do aluguel?
6. De acordo com o projeto original, quantas crianças deveriam ser atendidas pelo PIC?
7. Quantas crianças são hoje atendidas e qual a faixa etária das mesmas?
8. Qual o atendimento "não formal" dado às crianças?
9. Qual a participação do Governo no Projeto? E das indústrias ou outros setores da área privada?
10. Qual o custo de cada criança dentro do Projeto?
11. Quais os resultados obtidos dentro da PIC até o presente momento?
12. Qual a diferença de custo: aluno-escola regular e o assistido do PIC, para o Estado?

13. Quais os projetos futuros do PIC?

OBSERVAÇÃO: Na forma do disposto no art. 20, §1º, da Constituição do Estado: "Nos pedidos de informação, os Secretários de Estado deverão responder à Assembleia Legislativa, dentro de trinta dias", em consequência, requerimentos desta espécie, independem de aprovação plenária.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais, na forma do Regimento Interno e do art. 20 da Constituição do Estado, que preceitua, em seu

§ 1º - "Nos pedidos de informação, os Secretários de Estado deverão responder à Assembleia Legislativa, dentro de trinta dias",

e em consequência se estende à administração indireta do Estado, REQUER da Mesa da Assembleia, o encaminhamento ao Senhor Presidente da companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

- 1 - Quantas ligações de água e esgoto existem na Cidade de Curitiba?
- 2 - Qual a taxa mínima cobrada dos usuários, incluindo esgoto?
- 3 - Acima da taxa mínima, quais os parâmetros utilizados para cobrança? (Citar valores por metro cúbico).
- 4 - Quais os reajustes sofridos na cobrança da taxa de água e esgoto, dos últimos 15 (quinze) meses?
- 5 - Qual o montante da folha de pagamento do pessoal da empresa, mensal?
- 6 - Tem havido expansão da rede de esgoto, em função da estação de tratamento do Iguaçu (Belém) - sistema "carrocel"? (Indicar a extensão em metros lineares)
- 7 - Qual a explicação técnica para que a barragem de Piraquara esteja se mostrando insuficiente para suprir as necessidades da Capital, considerando que, quando de sua construção a SANEPAR divulgou fartamente que a mesma atenderia a demanda de água até o ano 2.000?
- 8 - Qual a razão da não execução total do "Projeto Piraquara", que incluía os projetos Miringuava e Passaúna?
- 9 - Como é composta a receita da SANEPAR? Qual o montante do seu capital de giro? Tem havido expansão deste? Como?
- 10 - A SANEPAR é uma empresa deficitária? Se é, como se justifica?
- 11 - Quais as medidas adotadas pela empresa para preservação dos mananciais de Piraquara e Passaúna, considerando-se a liberação, nas proximidades (margens do rio Passaúna no município de Almirante Tamandaré e Campo Largo) de loteamentos, além

de deposição constante de detritos de fossas e produtos químicos utilizados pelas indústrias da região?

12 - Existe projeto para construção de barragem no Rio Assungui, no Município de Campo Largo?

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A má qualidade do serviço, as constantes reclamações e denúncias feitas contra a prestação do mesmo, as constantes majorações das taxas e os inúmeros repasses feitos pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para obras de saneamento do Município de Curitiba, justificam o presente pedido, porque afinal, a água é vital para a vida humana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no art. 20 da Constituição do Estado, REQUER da Presidência da Assembleia, o encaminhamento ao Governador do Estado, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

A imprensa do Paraná tem publicado, com frequência, notícias dando conta de que o Governo do Estado recebe verbas consideráveis provenientes de "doações" de proprietários de bancas de "jogo do bicho". A "Folha de Londrina" publicou matéria a respeito, em sua edição de 06.11.87, sob o título "Governo recebeu em seis meses Cz\$ 28 milhões do jogo do bicho".

O Senhor César Benevides, à época, Diretor da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, confirmou à imprensa que a entidade recebe semanalmente um milhão e duzentos mil cruzados da Associação Profissional dos Lotéricos do Paraná.

O Deputado requerente, cumprindo o seu dever constitucional de fiscalizar os atos da administração pública e zelar pelo bem comum, procurou obter informações sobre a matéria junto a Secretaria de Estado das Finanças, sendo informado que a mesma não tem nenhum conhecimento de tal arrecadação.

Razões pelas quais, dentro do que lhe permite a Lei, solicita do Senhor Governador do Estado as seguintes informações:

01. Qual a arrecadação mensal, obtida através da doação feita pela Associação Profissional dos Lotéricos do Paraná, ou por donos de bancas de "Jogo do Bicho", ao Governo do Estado?

02. A doação é feita semanal ou mensalmente?

03. Em que conta é depositada esta verba? (Número da Conta e Banco).

04. Quais os fins a que se destinam os valores arrecadados através da doação em questão?

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma do Regimento Interno e respaldado no § 2º do art. 20 da Constituição do Estado, REQUER o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

A imprensa escrita e falada, da Capital, tem abordado com frequência matéria, segundo a qual, do lote de leite em pó, contaminado pela radiação de Chernobyl e que se encontra sob a guarda oficial da rede de Supermercados Pão de Açúcar - Jumbó, desapareceu 140 quilos.

Também, com insistência, a imprensa vem publicando notícias dando conta de que a carne, importada da Europa no ano passado, sem condições de consumo e que se encontrava nos armazéns da CIBRAZEM, em Curitiba, não mais se encontra em seus depósitos.

O consumo destes produtos contaminados, acarretará à saúde da população prejuízos incalculáveis e, lamentavelmente, até o momento nenhuma medida se tomou, em qualquer nível da administração, para punir os culpados por tais crimes.

Entre as atribuições fim do legislador estadual, está a de fiscalizar os atos da administração pública, o que justifica o presente

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Qual o órgão público estadual responsável pela aquisição do leite em pó contaminado pela radiação de Chernobyl?
2. Quais as medidas tomadas pelo Executivo para esclarecer o desaparecimento dos 140 quilos do leite depositado na rede de Supermercados Pão de Açúcar (Jumbó)?
3. As penas da lei foram aplicadas ao "depositário infiel"? Quais?
4. Quais as providências já tomadas para remoção do "lixo atômico" provindo do leite contaminado?
5. A carne importada da Europa, considerada imprópria para o consumo, foi retirada dos armazéns da CIBRAZEM? Se foi, por que motivo e para onde foi encaminhada?
6. A carne foi consumida pela população? Se foi, com a ordem de quem?
7. A carne será devolvida à sua origem? Se não, o que será feita com a mesma?
8. Qual o órgão público responsável pela importação desta carne deteriorada da Europa?
9. Quais as medidas tomadas pelo Executivo para punir os responsáveis pelas importa-

ções, do leite em pó contaminado pela radiação de Chernobyl e da carne deteriorada da Europa?

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO, que notícias veiculadas pela imprensa do Estado, dão conta de que, por determinação do Senhor Secretário de Estado da Saúde, as cinzas provenientes da incineração do leite contaminado pela radioatividade de Chernobyl, serão depositadas no Município de Piraquara;

CONSIDERANDO, que cerca de 70% da área territorial daquele Município foi declarada de Utilidade Pública por Decreto Governamental, para fins de preservação dos mananciais que abastecem de água a Capital do Estado;

CONSIDERANDO, que os efeitos radioativos do lixo atômico perduram por mais de 200 anos, trazendo sérios problemas à integridade física do homem e ao meio ambiente;

REQUER, da Douta Presidência deste Poder Legislativo, o encaminhamento de proposição ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, em forma de apelo para que não permita que o Estado do Paraná sofra as consequências funestas da radioatividade provinda do lixo atômico de produtos adquiridos por força de decisão federal.

Nenhum Município paranaense merece sofrer tal agressão, principalmente, o Município de Piraquara, que já concorre grandemente com a Administração Estadual, abrigando diversas Unidades Prisionais e Assistenciais.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 047/88

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a CASA DO BOM SAMARITANO- INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

A Casa do Bom Samaritano, fundada em 1983, tem desempenhado importante papel no atendimento dos carentes de recursos de

Londrina e região. Vinculado à Cúria Diocesana e integrado por casais, a entidade busca promover o desenvolvimento social e espiritual dos membros favorecidos pela sorte.

Sua ação é reconhecida pela comunidade londrinense, sendo, inclusive, considerada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 3807, de 05 de julho de 1985.

Por tais razões, entre outras, é que estamos encaminhando o presente Projeto de Lei, para o qual confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 048/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a CONGREGAÇÃO DA PEQUENA MISSÃO PARA SURDOS, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública com sede e foro na Cidade de Londrina, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto.

Tem por finalidades: a) promover o ensino e a pesquisa na área da deficiência auditiva; b) atender e amparar as crianças deficientes auditivas no seu mais alto grau de valorização intelectual, moral, físico e religioso; colaborar com as administrações competentes do País e com as entidades que desenvolvam atividades em favor dos deficientes auditivos e procurar despertar e orientar vocações para a vida sacerdotal e religiosa na "Pequena Missão para Sordomuti".

Portanto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 049/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Gary Lee Stewart, Imperador da Ordem Rosacruz- AMORC.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Coincidindo com a XII CONVENÇÃO NACIONAL ROSACRUZ, a ser realizada em Curitiba, de 19 a 23 de outubro de 1988, e que congregará Rosacruzes de todo o Brasil, bem como de países vizinhos, como Argentina, Paraguai e Uruguai, é oportuno homenagear o Imperador da AMORC, Gary Lee Stewart, homenagem esta que será prestada, igualmente, aos Grandes Oficiais.

Vindo dos Estados Unidos da América do Norte, especialmente para o evento, Gary Lee Stewart estará entre nós pela segunda vez, visto que em dezembro de 1987, já esteve no Brasil, ocasião em que visitou a Grande Loja do Brasil/ AMORC, além das Lojas Curitiba, São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

Em Curitiba, a Câmara Municipal outorgou-lhe o Título de Cidadão de Curitiba, feito que muito sensibilizou os Rosacruzes por ter sido amplamente divulgado por filmes e fotos em vários países do mundo.

O "Curriculum" anexo é modesto, como modesta é a personalidade marcante do Imperador Gary Lee Stewart, e nele pouco encontramos de sua vivência, contudo estamos convictos de que o Cidadão de Curitiba, Gary Lee Stewart, não chegou ao cargo máximo que hoje ocupa, por mero acaso. Sabemos muito bem que o foi por merecimento. Pela rara oportunidade que se apresenta com a realização da XII CONVENÇÃO NACIONAL ROSACRUZ em Curitiba, esperamos o necessário aprimoramento dos nobres Pares para o presente Projeto de Lei, e sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N° 050/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, o "Templo Curitiba do Amanhecer", com sede e foro na localidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

O "Templo Curitiba do Amanhecer", entidade de assistência social no ano de 1987, efetuou atendimento em diversas áreas, na psicológica, enfermidades e paranormalidade, às pessoas vindas de todas as partes do Estado.

Desta forma, colocamos este Projeto de Lei, à apreciação dos nobres Deputados, solicitando a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação, a pre-

sença em nossa Galeria de Honra, do Jornalista Water Sucupira, Diretor Proprietário do Jornal "Tribuna do Povo", de Umuarama e um dos pioneiros daquela região.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"São inomináveis, nesta quadra, os prejuízos que a Nação vem amargando em detrimento da má gestão econômica do País.

Jamais o Governo errou tanto, acumulou descrédito e alimentou tantos ódios.

As estatísticas desse procedimento, a história relatará em páginas de fome, de desconforto social, em crises cujos nefastos efeitos emitirão seus ecos por gerações futuras.

O povo não tem razões para ter esperança.

Como ter esperança, se as ações de Governo se empenham, com sofisticação até, de lhe transferir mais contas de um passivo público descomunal que o povo não autorizou nem sentiu seus benefícios?

Para afivelar os acórdos da dívida externa é lícito que se lhe impinja outra dose cavalgar de recessão?

Até quando a Nação suportará o vilipêndio de assistir aos seus salários comprando menos, a sua mesa oferecendo menos, e o Governo, por seus serviços e tributos, cobrando mais?

Como é e por quanto tempo suportará a brutalidade da inflação de 20% ao mês, sem perspectiva de estabilização, gerada pelo descontrole dos gastos públicos, malversados em subvenções politiquieiras e em audaciosos lances de corrupção desabrida?

Para que novo caminho quer nos conduzir este Governo?

Não lhe bastam os insólitos índices da miséria social, estampados nos registros do flagelo da fome, no breu do analfabetismo, na mortandade infantil, ou nas doenças, de todas as espécies, que se abatem desde a alma, com indelével contornos de sinistro generalizado?

A expectativa de que a sublevação social é utópica porque o povo não dispõe de armas ou o seu caráter amistoso lhe trava o ânimo, será aceitável para um povo de quem saquearam-lhe a confiança, a esperança, o futuro?

O que esperar de uma Nação, que em câro uníssimo, mais e mais se inquieta, diante o surdo-mudo comportamento do seu Governo?

Que projeto pessoal ou estranhamente inconfessado pode merecer este rastro escabroso, o planger inaudível de uma sociedade que se debate nos estertores limítrofes da vida?

Que ambição pode merecer tamanho holocausto?

Que vil ou hedionda trama é tão necessária aos desígnios do País?

Como está, pelo caminho que trilha, o esforço Constituinte de referendar o regime de governo, sobbrrará, muito cedo se andar na esteira desse comportamento. Por menos que se queira, uma realidade sobbrrará.

"O País é o território, a Nação é a história e a civilização, o povo é a Pátria. Não há pátria sem a verdade, a justiça e a liberdade. A Pátria é o povo e o povo vencerá".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais publicaram o resultado de uma pesquisa do IBOPE, onde o Governador do Estado aparece com 93% de aprovação popular. Que bom!

Bom para o Paraná, bom para o PMDB, que é o seu partido, bom para o PTB, que o apoiou nas eleições, bom para todos nós.

Entretanto, existem algumas mazelas no seu Governo, que estão a exigir do Governador do Estado, uma ação mais enérgica, que Sua Excelência não fique no sonho de ser o homem preferido dos paranaenses, e que busque a realidade em alguns setores do seu Governo. Eu me refiro mais precisamente à SANEPAR, que vem castigando de uma forma desumana, a população curitibana com o escorchante aumento tarifário a cada 30 dias.

Nós sabemos que o compromisso do Governo Federal é de que as tarifas públicas, não subam além do índice inflacionário.

O Governo Federal, é evidente, que não vem cumprindo os compromissos porque não existe Governo. Nós estamos sob a égide da esculhambação, não existe Governo. Mas num Estado em que tem um Governador que obtém um largo índice de aprovação recorde nesse Estado por parte da população, onde existe um Governador que não tem fugido, até aqui, dos seus compromissos eleitorais, dos compromissos assumidos nos palanques eleitorais, não pode permitir que a SANEPAR continue a abusar da paciência do povo curitibano.

Não conheço a situação nos demais municípios do Paraná, mas em Curitiba a situação é revoltante, verificam-se aumentos até de 100% de fevereiro para março, contra uma inflação de 18%.

A SANEPAR gasta o dinheiro do povo, gasta o dinheiro do contribuinte, aumentando as suas despesas administrativas, alarica que existe um telefone, número não sei o quê, para as reclamações que são prontamente atendidas. Não é verdade, os usuários ligam à SANEPAR e uma moça muito gentil, atende o telefone e diz, que dentro de instantes ela passará a ligação, para pessoa responsável. E daí para a frente o que se escuta, é uma música bonita, suave a embalar os ouvidos do usuário da SANEPAR prejudicado. Mas ele cansa de ficar ali até que cai a ligação, acarretando ônus maior para quem faz essas reclamações, porque nós sabemos que cada impulso telefônico, também custa dinheiro.

Então há uma necessidade, e eu faço aqui um apelo aos nobres Líderes da Bancada majoritária desta Casa, que eu já fui Líder do Governo nesta Casa, já encaminhei reclamações do então MDB, do então PMDB, que era minoritário nesta Casa. Eu encaminhava ao Governador do Estado, semanalmente, as queixas, as reclamações da oposição, eu não sou Oposição porque apoio o Governo, mas eu sou povo, cada Deputado que aqui está é povo.

Portanto, um apelo que eu faço aos Senhores eminentes Deputados, Líderes da Bancada majoritária e do Governo nesta Casa, é que levem ao Governo do Estado as apreensões do povo Curitiba, com relação à orgia administrativa que impera hoje dentro da SANEPAR. Não é possível, que se cometam abusos dessa ordem, contra uma população angustiada, contra uma população amargurada, como é hoje a população brasileira. Já não bastassem os problemas que o Governo Federal joga nas costas do povo a cada mês, ainda vem a SANEPAR deslustrar o brilho do jovem Governador do Paraná.

Eu confio que os eminentes Deputados Líderes da Bancada majoritária e do Governo nesta Casa, darão solução ao problema.

E ainda mais uma reclamação de um usuário que me fez pelo telefone, ele pagou o hidrômetro, pois bem, agora ao mudar de residência a SANEPAR não quer mudar o hidrômetro, quer cobrar novo hidrômetro, e ainda, cobrar uma taxa de 1 mil, 325 cruzados, para o desligamento da água. Isso é um absurdo. O Governo não pode permitir que uma empresa pública continue abusando da paciência do povo, com taxas esbofantes que não fazem justiça a um Governo sério, um Governo descente, ao Governo progressista de Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Pre-

sidente, Senhores Deputados.

Hoje pela manhã nós assistimos a uma manifestação da juventude estudantil curitibana. Manifestação de indignação quanto aos reajustes das mensalidades que os colégios particulares estão praticando.

O Governo ao adotar uma nova figura em termos de economia ou de proteção ao consumidor associou a palavra liberdade e adjetivou a palavra liberdade acrescentando-lhe um penduricalho denominado "liberdade vigiada". E em cima desta liberdade vigiada os proprietários dos colégios particulares transformaram-se em ditadores na fixação das mensalidades.

Este abuso à liberdade, este desprezo à suposta vigilância do Governo faz com que a juventude estudantil cancele as matrículas, proteste e mostre à sociedade paranaense e brasileira o quanto estamos vulneráveis pela audácia, pela voracidade dos proprietários das universidades e colégios particulares.

Eu tenho aqui alguns demonstrativos por exemplo, o Curso Positivo no ano passado no pré-vestibular cobrou no semestre Cz\$ 2.117,00. Este ano está cobrando Cz\$ 18.900,00. Portanto, 800% de aumento.

A FUNESP, se não me engano, a Faculdade de Pato Branco, no ano passado no curso de Ciências Contábeis cobrou Cz\$ 1.550,00 e este ano fixou em Cz\$ 7.360,00. Valores não fixos, sujeitos aos reajustes de OTN. Um aumento de 500%.

Na mesma Faculdade o curso de Administração de Cz\$ 1.550,00 para Cz\$ 8.492,00. Aumento de 600%.

Na Faculdade de Palmas o curso de Inglês de Cz\$ 1.355,00 para Cz\$ 12.300,00, aumento de 900%.

Além disso para exemplificar, o Curso Positivo, 1º grau neste semestre vai cobrar Cz\$ 31.680,00.

O Colégio Medianeira, 1º grau vai cobrar Cz\$ 33 mil no semestre. O Colégio Mini-Iguaçu de Francisco Beltrão vai cobrar Cz\$ 35 mil no semestre.

Mas o que é mais grave Senhor Presidente e Senhores Deputados e nós sabemos que a Universidade Católica do Paraná, a Faculdade Tuiuti e outras faculdades estão cobrando para um curso de Direito Cz\$ 8 mil por mês. Para um curso de Odontologia Cz\$ 12 mil a 14 mil cruzados por mês; Medicina, Cz\$ 24 mil por mês.

Nós não podemos aceitar isto, não podemos admitir que se transforme a educação brasileira numa questão de mercado de verificação de custos como falou o Reitor da Universidade Católica do Paraná, afirmando taxativamente que pela primeira vez pode fazer os levantamentos de custos e fixar mensalidades.

A Educação não é uma mercadoria de supermercado, não é um cacho de banana de

botequim que está sujeito às leis da oferta e da procura. A educação é uma responsabilidade, e aproveitamos para fazer uma convocação a esta juventude, aos pais, que se mobilizam para que aproveitem este movimento e sensibilizem os Constituintes para que lá se consagre o ensino público gratuito em todos os níveis.

Essa é a luta maior. Vamos aproveitar esta mobilização, que é justa, que deve ser solidária de todos os políticos, da sociedade brasileira, no sentido de que, na Constituinte permaneça pelo menos o Artigo 247, que diz que: - "Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, convencionais ou filantrópicas, definidas em Lei". Por este dispositivo o dinheiro público será para o ensino público, com as seis exceções, aos que parece que estes cursos que aí estão agam-barcando o bolso da juventude brasileira, dos estudantes, não são convencionais, não são comunitários e muito menos filantrópicos! Consequentemente, aprovado este dispositivo, não receberão mais dinheiro do povo para agir contra o povo, na educação deste Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra com satisfação a presença dos Senhores Luiz Carlos Pelissari Silva, Arthur Vicente Zaporelli, Dorival Pádua Hernandes, representantes do Centro de Comércio de Café do Norte do Paraná, sediado em Londrina. A Mesa deseja uma feliz estada em Curitiba.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que hoje, os Deputados se reuniram e resolveram tratar do mesmo problema.

Eu já tinha preparado no dia de ontem para dar entrada à esta Casa, de um Pedido de Informações à Mesa, encaminhando à SANEPAR, mais uma vez, porque no dia 26 de outubro do ano passado, encaminhei um Pedido de Informações, com nada mais, nada menos do que 12 itens, e até agora não recebi resposta alguma.

Este mesmo Pedido de Informações, estou rebatendo, fazendo com a data de ontem, que dou entrada hoje, nesta Casa, querendo algumas explicações da tão conhecida "Dona SANEPAR" - é assim que o povo a conhece, é a Dona SANEPAR, pelo abuso, por tudo aquilo que o Deputado Erondy Silvério já falou, desta Tribuna, e por muito mais que eu poderia também falar, trazendo até aqui uma enorme quantidade de talões da SANEPAR, onde mostram uma série de irregularidades, que o contribuinte, o consumi-

dor, primeiramente é obrigado pagar, para depois reclamar. Quer dizer, ele não tem dinheiro para pagar a água que ele não consumiu e ainda tem que, gastar para poder reclamar contra a SANEPAR. Então, há uma série de abusos que estão acontecendo, e que, lamentavelmente, até hoje, a SANEPAR, não veio a público, para dar algum esclarecimento convincente à população curitibana!

Diante disso, estou reapresentando este Pedido de Informações feito à SANEPAR. Eu quero saber, dentre outras coisas, qual a taxa mínima cobrada dos usuários, inclusive a de esgoto, acima da taxa mínima, quais os parâmetros utilizados para a cobrança? Quais os reajustes sofridos na cobrança da taxa de água e esgoto, nos últimos 15 meses? Qual o montante da Folha de Pagamento da empresa e do pessoal da empresa? Se tem havido expansão da rede de esgoto em Curitiba, coisas que eu duvido. Duvido que tenha havido expansão da rede de esgotos, em função inclusive do tratamento da Estação de Tratamento do Rio Iguaçu. Qual a aplicação técnica para que a barragem de Piraquara esteja se mostrando insuficiente para suprir as necessidades da Capital, considerando que quando da construção a SANEPAR divulgou fartamente que a mesma atenderia a demanda de água até o ano 2000, e nós estamos em 88 faltam 12 anos ainda, e já está faltando água em Curitiba.

E é exatamente no período da falta de água que o consumidor pagou mais pela mesma. Quer dizer, não dá para entender.

Então, é uma série de informações que eu peço à SANEPAR. Outro assunto que eu venho a tribuna também, dentre tantos outros que eu teria que abordar, mas que infelizmente estou com problemas com a voz, é também com relação as mensalidades.

Na semana passada no último sábado, participei em nome desta Casa, representando-a em uma reunião dos pais de alunos das escolas particulares. E desta reunião, nós tiramos um movimento. Criou-se um movimento de pais e alunos das escolas do Paraná. E este mesmo movimento já começa a se mobilizar em Curitiba, para ver o que é que se pode fazer com relação ao abuso de tudo aquilo que o Deputado Nereu Carlos Massignan falou daquela tribuna, e muito mais que nós também poderíamos falar, porque recebemos diariamente nos Gabinetes e na Rádio onde trabalho, alunos desesperados, trancando a matrícula, desistindo porque não têm como pagar a mensalidade.

A Tuiuti, por exemplo, num dos cursos de Terapia Ocupacional, o aluno vai pagar 21 mil cruzados por mês. Isso agora. Depois vêm os reajustes. Quer dizer, é incrível como o brasileiro pode estudar.

Então, diante de tudo isto, em nome

desta Assembléia, e em nome deste movimento, solicitei a aquiescência da Mesa para liberação do Plenarinho, que eu não sei que de repente, pode até ser pequeno, Sr. Presidente, em função inclusive do movimento de protesto, que hoje veio até a esta Casa, pode ficar pequeno o Plenarinho, para amanhã, 5.^a feira, às 18 horas, num debate sobre o problema das mensalidades, inclusive com panfletagem já distribuída em toda a Cidade, em frente às portas de colégios, para que os pais e alunos aqui compareçam para debater.

Estamos convocando SUNAB, CODEC, SEDUC, a Associação de Professores, Entidade APFES, uma série de entidades relacionadas ao problema da educação do Paraná.

Então eu faço aqui um convite a todos os Deputados, pedi a convocação da Comissão de Educação desta Casa, e também a Comissão de Defesa ao Consumidor, que por incrível que pareça, ontem foi o "Dia do Consumidor".

Era este o apelo, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Passa-se ao Grande Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Pedro Tonelli, por 30 minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs.

Sras. Parlamentares que em grande número prestigiam esta data importante, tão importante para este Legislativo, porque é a melhor oportunidade para avaliarmos um ano do governo "Álvaro Dias".

E se fôssemos nos basear nos depoimentos dos companheiros Parlamentares, na tribuna, ontem e hoje, certamente, não seria aquele resultado anunciado da pesquisa, que 93% o aprovariam. Se fôssemos sair ali fora e conversar com todas as camadas sociais deste Estado, certamente nós iríamos dar razão à matéria publicada na "Gazeta do Povo" no dia de ontem, aonde a sua primeira frase, diz, que a população Curitiba confia muito mais no carteiro entregando correspondência do que nos políticos, pesquisa esta realizada pela "Gazeta do Povo", publicada na íntegra. Portanto, esta é a data melhor para analisarmos friamente, a realidade, não a embalagem e a aparência do Governo Álvaro Dias, já que este Poder Legislativo tem um compromisso, que é o compromisso de legislar, fiscalizar, acompanhar, e de denunciar, para que o Executivo seja efetivamente o representante da população paranaense.

No dia 15 de março de 87, assumia o Governo do Estado, 3 meses antes, mediante uma votação esmagadora. Em torno do eleito havia praticamente um consenso das forças políticas do Paraná, reforçado pela postura dos meios de comunicação, que presta-

ram de antemão o seu apoio ao Governo. Álvaro Dias assumiu, como é hábito entre nossos políticos, fazendo várias promessas, e mesmo entre os peemedebistas do Partido do Governo, que não haviam ficado muito satisfeitos com o Governo José Richa, com o Governo João Elísio; Álvaro Dias representava esperanças de que as coisas iriam mudar e que haveria retorno integral às idéias pregadas historicamente pelo PMDB.

Nunca houve um Governo no Paraná, que tivesse tão amplo respaldo político, respaldo popular, ao iniciar os seus 4 meses de duração de Governo. Por isso o Governador Álvaro Dias teve toda a autoridade para promover as reformas necessárias para a solução dos inúmeros e graves problemas que o Paraná enfrentava no ano passado. É por esta razão, que qualquer balanço que se faça da Administração Álvaro Dias em seu primeiro ano, deve partir exatamente das expectativas criadas, e das condições que o Governador dispunha em termos de popularidade, do apoio político, para realizar um bom Governo. É por essa razão, que infelizmente o que se viu, é que a Administração Álvaro Dias não foi muito diferente dos demais Governos do PMDB, que por sua vez nunca conseguiram se distinguir muito bem no essencial dos Governos do PDS e da ARENA.

Aos graves problemas que afligiam a população, Álvaro Dias optou sempre por responder como é de costume entre os políticos brasileiros, não houve inovação real, o que houve foi sempre muita propaganda. Primeiramente, é necessário analisar o papel que representou o Governador Álvaro Dias no cenário político nacional, esse papel tem sido sempre muito exagerado, para fazer crer que o Governador atingiu neste período a estrutura de um Líder Nacional, com idéias próprias e novas e exercendo larga influência em todos os cantos do País.

O Sr. Nestor Baptista - Eu quero me inscrever para um aparte, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lhe concedo com muito prazer na sequência, nobre Deputado.

Essa imagem construída dia-a-dia, com os recursos do Estado é profundamente falsa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado eu quero me inscrever para um aparte, se é que Vossa Excelência permitirá ainda no decorrer de sua manifestação.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu tenho trinta e oito minutos e meio e vou lhe conceder

com muito prazer.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Muito obrigado Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Deixem-me concluir o meu raciocínio, depois lhe concedo.

No decorrer de 1987, enquanto a discussão do Governo José Sarney empolgava a Constituinte e a Nação, Álvaro Dias tornou-se conhecido apenas como o Governador do PMDB mais comprometido com a defesa dos 5 anos de mandato para o atual Presidente, enquanto outros governadores, nem sempre por motivos confessáveis, mudavam de postura. Álvaro Dias ficou firme na postura e na tese dos 5 anos para o Presidente José Sarney, porém, até quando? Coincidentemente ou não, quando o Governo Federal cortou os recursos que seriam destinados a Municípios paranaenses, a uma série de obras estaduais, que foi no início deste ano, Álvaro Dias declarou que nunca fora a favor dos 5 anos. Toda imprensa registrou a estranha mudança de posição do nosso Governador, mas pouco tempo depois...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Nobre Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência poderia me inscrever no aparte, num momento oportuno.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo.

Álvaro Dias Logo em seguida voltou atrás de sua tese inicial na defesa do mandato de 5 anos.

Evidentemente nós não estamos aqui nesta tribuna inventando nada. As marchas e contra-marchas do Governador estão registradas na imprensa, elas mostram um político vacilante que não tem idéias próprias e cujas posições estão atreladas firmemente à boa e má vontade de José Sarney em relação ao Paraná e aos projetos do próprio Governador.

O Sr. Nilton Barbosa - Nobre Deputado Pedro Tonelli eu gostaria de me inscrever para um aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo.

Em segundo lugar, temos que olhar por dentro a famosa reforma administrativa, foi, é lógico, um cavalo de batalha para diversos Governadores do PMDB que iniciaram a tão falada "caça aos marajás".

Falando claramente, a corrupção administrativa sempre existiu assim como os marajás. A população sempre viu com desconfiança as repartições públicas pródigas em conceder favores com um instinto muito agudo de auto conservação. Este funcionamento corrompido tem custado ao Estado e

conseqüentemente ao povo, muito caro, por isso qualquer atitude séria do Governador Álvaro Dias em mudar este estado de coisas, teria merecido de nossa parte o apoio concreto. Não é só o Paraná que tem necessidade de liquidar os parasitas do Estado, é todo Brasil, mas não houve transparência nem sinceridade na alegada caça aos marajás.

No caso das aposentadorias irregulares do Tribunal de Contas, o Governador Álvaro Dias certamente sabia que estava adotando uma medida ilegal, mas o episódio serviu para que ele faturasse, só, politicamente. Depois tivemos o escândalo da PROMOPAR, o Governador limitou-se a manter as punições na superfície, detendo-se a investigar as denúncias feitas pelos implicados, que envolveram inclusive o Secretário de Estado da Agricultura, por sinal irmão do Governador.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Gostaria que Vossa Excelência antes de terminar o seu horário me inscrevesse num aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lhe concedo com muito prazer, eu tenho ainda quase trinta minutos, eu quero conceder aparte a todos, dentro do raciocínio.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço. Quando Vossa Excelência fala que a intenção do Governador Álvaro Dias ...

O SR. PEDRO TONELLI - O aparte será logo em seguida.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concedeu o aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Não, eu lhe concedo em seguida Deputado. Ora, qualquer acusado por mais criminoso que seja, tem direito à defesa, este é um princípio de direito que tem por objetivo impedir que uma pessoa qualquer, se arvore em juiz, de seus semelhantes.

Se a obrigação do Governador era de fato, caçar os marajás, com muito mais razões ele estava obrigado a ir até o fim nesta caçada, investigando as denúncias apresentadas e punindo após inquérito imparcial, todos os envolvidos, desse a quem doer. Mas, até agora, o silêncio marcou o episódio, e as denúncias não foram investigadas. O Governador optou por responder às funcionárias envolvidas, que fizeram as denúncias chamando-as de mentirosas e outras afirmações.

O fato é que essas mentiras deveriam ser provadas, enquanto tal, através de inquérito ou da Justiça. E na verdade não o foram ... Estas denúncias documentadas também não tiveram a menor acolhida por

parte do Governô. Estão aí os casos dos escândalos da COHAPAR, do Departamento de Estradas de Rodagem, para comprovar.

Até hoje, o Governô não se pronunciou a respeito.

Por quê? Quais os motivos pelos quais a caça aos marajás e o Programa de Moralização Administrativa, com o Governador Álvaro Dias faz questão de chamá-los, limitam-se a alguns poucos casos, sem que as investigações possam descer ao fundo do poço?

Deve ao povo do Paraná uma resposta... Mas, seus verdadeiros marajás, depois de um susto inicial puderam manter sua tranquilidade, o mesmo não ocorreu com a massa de servidores públicos, esses sim, trabalhadores que efetivamente fazem funcionar a máquina do Estado, e fazem funcionar os serviços essenciais.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Pedro Tonelli, eu gostaria de apelar pelo vosso sentido democrático, para que pudéssemos até, pouco a pouco, Deputado, travar um diálogo, e discutirmos em cima do seu pronunciamento.

O SR. PEDRO TONELLI - Em alguns minutos eu vou concluir e depois eu concederei apartes.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Mas se Vossa Excelência democraticamente permitisse, nós poderíamos dialogar, esclarecer alguma coisa que está sendo colocada, Vossa Excelência por exemplo, desacredita o Poder Judiciário, hoje no seu pronunciamento.

O SR. PEDRO TONELLI - A caça aos marajás e aos ...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Vossa Excelência não permite, então que possamos, Deputado Pedro Tonelli ...

O SR. PEDRO TONELLI - Tem sido um reduntante fracasso, a menos que alguém acredite, que estes parasitas do serviço público, limitam-se a meia dúzia que foi punida e afastada até agora.

No entanto, ninguém em sã consciência poderia dizer, que os professores da rede estadual são marajás, ou que os funcionários do serviço de saúde, ou os milhares de trabalhadores, que nós mais diversos órgãos desempenham suas funções honestamente, apesar dos baixos salários e das más condições de trabalho.

No entanto, foi esse o alvo ...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Pedro Tonelli?
(Conversas paralelas).

O SR. PEDRO TONELLI - ... de duas formas, ambas indignas para o Supremo Mandatário do Estado. Houve um ataque ao salário dos servidores; por 2 meses seguidos, no ano passado atrasou o pagamento do gatilho salarial.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA Nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Este pagamento atrasado é computado pelo Governô, como parte dos reajustes que os servidores tiveram durante o ano, mas ... não se levantou que o atraso provocou uma deterioração no valor real do reajuste, em virtude da inflação.

Alegando o Governador, na época, e que o faz hoje, que o Estado não tinha recursos para pagar o reajuste, que afinal era determinado, mais adiante veremos o que significa de fato, esta alegada falta de recursos.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Deputado Pedro Tonelli: Estou numa dúvida, não sei se foi leitura errada. Eu gostaria de esclarecer o seu próprio pronunciamento; que Vossa Excelência nos esclarecesse.

Há pouco, Vossa Excelência mais ou menos afirmou o seguinte: a massa de trabalhadores, esse, sim, eu gostaria de saber se a frase é exatamente esta: a massa de trabalhadores, esse, do singular, sim. Esses sim, então está errado.

O SR. PEDRO TONELLI - ... de perseguição do Estado do Paraná, foi o alvo ...

O Sr. Edmar Luiz Costa - ... acontece que Vossa Excelência falou em massa de trabalhadores e falou em esse e nós ficamos em dúvida se era um trabalhador só ou eram vários trabalhadores...

O SR. PEDRO TONELLI - ... na sequência, concedo um aparte...

O Sr. Edmar Luiz Costa - ... quem sabe se Vossa Excelência retornasse ao discurso para ler corretamente. Não sabemos exatamente o qual é ... (vozes paralelas).

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente ...

O Sr. Algaci Tólis - (Questão de Ordem), Senhor Presidente ...

O SR. PEDRO TONELLI - ... Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o nobre Deputado Pedro To-

neli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço. Concedo um aparte ao Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência está me concedendo um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Sim, faz um minuto já.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Pedro Tonelli, acompanho o pronunciamento de Vossa Excelência muito bem escrito e quero cumprimentar o seu assessor que o escreveu.

O SR. PEDRO TONELLI - ... Muito obrigado, é exemplar...

O Sr. Nestor Baptista - ... Ao mesmo tempo, Deputado Pedro Tonelli, deveria taxar este pronunciamento como um "himalaia" de baboseira. Porque Vossa Excelência fala no escândalo do PROMOPAR que Vossa Excelência só conheceu porque o próprio Governo do Estado do Paraná foi quem fez a sindicância, foi quem fez a auditoria, foi quem denunciou a existência desse escândalo...

O SR. PEDRO TONELLI - E as providências?

O Sr. Nestor Baptista - ... ao mesmo tempo V.Exa, pelo que tenho conhecimento, não é advogado, mas se coloca como advogado de boas cidadãs, reconhecida e conhecidamente corruptas, que acabaram indo para a prisão por terem, na realidade, não só partido para a difamação, para a mentira, para a safadeza mais haviam partido anteriormente para o roubo e Vossa Excelência ao que me consta, não é um advogado criminalista e nem encontrou no caráter de Vossa Excelência...

O SR. PEDRO TONELLI - Sou representante do povo...

O Sr. Nestor Baptista - ... tendência, me permita. Você me dá um aparte ou está cortado?

O SR. PEDRO TONELLI - Não. Continua com o aparte.

O Sr. Nestor Baptista - Mas eu não vejo no caráter de Vossa Excelência, nenhuma tendência para proteger ladrão e nem para ser conivente com ladrão, e o pronunciamento feito neste instante foi justamente neste sentido. Vossa Excelência ataca, desbragadamente o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, porque quando Vossa Excelência diz que providências não foram

tomadas, quando da denúncia dos "marajás", no caso por exemplo, do Tribunal de Contas a situação, hoje, se encontra, Nobre Deputado Pedro Tonelli, até para informação de sua assessoria, no Tribunal de Justiça do Paraná...

O SR. PEDRO TONELLI - Só isto não basta, Deputado...

O Sr. Nestor Baptista - ... mas como? Então Vossa Excelência não acredita em três Poderes: Vossa Excelência quer aqui na Assembleia Legislativa acabar com o Tribunal de Justiça, portanto, com o Poder Judiciário, talvez acabar com o Poder Executivo e estabelecermos aqui um verdadeiro paredão...

O SR. PEDRO TONELLI - Exatamente...

O Sr. Nestor Baptista - ... o "paredão", como Vossa Excelência costuma frisar para que apenas aquilo que o seu Partido deseja, seja na realidade feito e executado.

Vossa Excelência mostrava um pronunciamento digno, um recorte de jornal a respeito de pesquisa realizada no Paraná. Eu, ontem, ocupei a Tribuna desta Casa e destaquei um ano de Governo sério, digno, respeitável, com 93% de apoio da população. Agora, Vossa Excelência defensor, ultimamente de alguns funcionários da ACARPA - eu não os conheço, quero dizer a Vossa Excelência que, atendendo a um desafio feito pelo Deputado Pedro Tonelli, trago do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as irregularidades cometidas pelos funcionários que Vossa Excelência defende. Trago do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a prestação de contas dos projetos integrados, veja bem, contas recusadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, prestação de manejo integrado de solos referente ao ano de 1986; trago a prestação de contas do Convênio de Desenvolvimento da Tração Animal e Fomento da Produtividade; trago para Vossa Excelência, também, do manejo integrado dos solos relativo ao ano de 1984 e também ao ano de 1985. Contas, nobre Deputado, recusadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a não ser que Vossa Excelência também não acredite nos homens que compõem a Corte do nosso Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Contas rejeitadas por cidadãos que gastaram o dinheiro, indevidamente, e não é o Deputado Nestor Baptista, não é a Bancada do PMDB que está falando isso não, é o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dinheiro desviado pelos cidadãos que Vossa Excelência defende e que foram demitidos da ACARPA, e não foram demitidos tão so-

mente porque tinham o telefone, o carro, o combustível, a secretaria, o papel da ACARPA, do Estado do Paraná, mas para usar como se a ACARPA fosse um comitê do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO TONELLI - Conclua, nobre Deputado, tenho mais 5 inscitos.

O Sr. Nestor Baptista- Então Vossa Excelência fez um pronunciamento, que eu repito, foi bem escrito, mas cheio de inverdades, cheio de bobagens e eu até recomendaria a Vossa Excelência, que tem sido aqui o paradigma da verdade, da justiça, da honestidade.

Marajá no Estado do Paraná, sente vergonha com relação a marajás de outros Estados, e hoje o maior marajá do Estado do Paraná, talvez seja Vossa Excelência, seja Vossa Excelência e eu quero dizer o porquê, apesar da assessoria do Deputado Algaci Túlio.

Vossa Excelência é hoje o maior marajá. A Bancada do PMDB tem 37 (trinta e sete) Deputados e tem a mesma assessoria que Vossa Excelência, que é líder apenas de um Deputado, do Deputado Pedro Tonelli, inclusive com funcionários de gabinete, morando no interior e recebendo do gabinete de Vossa Excelência e aí eu quero lançar um répto a Vossa Excelência, tão justo, tão correto, tão amigo dos trabalhadores, porque aqui ninguém é trabalhador, ninguém, apenas Vossa Excelência.

Eu sou radialista há 23 anos, sou jornalista profissional há 20 anos, temporariamente estou como Deputado Estadual, posso não estar amanhã, mas continuo trabalhando, continuo sendo trabalhador.

Já que Vossa Excelência é tão justo, que hoje entregue a Liderança que indevidamente Vossa Excelência ocupa, porque Vossa Excelência é líder apenas do Deputado Pedro Tonelli, gasta mais que toda a Bancada do PMDB com 37 Deputados somada, mais que a Bancada do PFL, mais que a Bancada do PDT, mais que a Bancada do PTB, mais de Cz\$ 1 milhão e 300 mil por mês custa o gabinete de Vossa Excelência, para o bolso do povo do Paraná, que injustiça, meu nobre Deputado.

Que injustiça é essa, se existe marajá no Paraná, é Vossa Excelência.

Marajá, Sheik, Sultão, não sei, mas é que marajá é um termo da moda, não sei quem é a marani de Vossa Excelência, mas Vossa Excelência é o grande marajá deste Parlamento, é o grande marajá deste Estado do Paraná.

(Palmas).

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem - Senhor Presidente.

Em nome da atuação do Legislativo e

que a própria Mesa, o Regimento não permite a manifestação dentro desta Casa, nem quando o povo vem às galerias para participar e prestigiar, gostaria também que Vossa Excelência chamasse a atenção da Bancada do PMDB, neste gesto que fez agora, aplaudindo o Deputado Nestor Baptista. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A proibição regimental, refere-se especialmente à assistência e não aos Senhores Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO- Pela Ordem- A pretensão do nobre Deputado Algaci Túlio, chega à beira do ridículo, Senhor Presidente, porque o Deputado é inviolável na sua opinião e nas suas manifestações, principalmente, dentro do Plenário da Casa, onde o Deputado é soberano e pode manifestar da forma como bem lhe aprover, desde que não viole o Regimento Interno da Casa.

É uma pretensão descabida e lamentável que tenha partido de um membro deste Poder.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito bem, Deputado. Quem está com a palavra, Senhor Presidente?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO- Pela Ordem. É lamentável a atitude do Deputado Algaci Túlio. Além de demonstrar que apesar de estar no Legislativo como Vereador e hoje como Deputado, desconhece totalmente o funcionamento do Legislativo. Ele não tem tido outra função senão a de defender a demagogia através de seus discursos, e agora em apelo ao grande marajá, Deputado Pedro Tonelli.

Portanto, fica aqui o nosso protesto pela atitude demagógica contumaz do Deputado Algaci Túlio.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela Ordem.

Excelência, concordo plenamente porque como Deputado novo na Casa, não sabia que os Deputados poderiam se manifestar desta forma.

Concordo com o Deputado Erondy Silvério da liberdade neste Parlamento tantas vezes defendida por este Parlamentar na Assembleia Legislativa e discordo do Deputado Tadeu Lúcio Machado quando disse que a questão de ordem levantada pelo Deputado Algaci Túlio se referia em apoio ao Deputado Pedro Tonelli na Tribuna. Por nenhum motivo ele disse isso.

Agora, a partir de hoje, nobre Deputado e Presidente desta Sessão, nós poderemos aplaudir, porque eu considero que isto é liberdade e democracia.

Gostaria de deixar o registro e parabenizar Vossa Excelência, por aceitar tal manifestação, com sempre defendi a livre vontade de um Parlamentar eleito pelo povo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência está equivocado. Quem permite manifestação dos Senhores Deputados é o Regimento Interno.

O SR. PEDRO TONELLI- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há uma questão de ordem a ser decidida. Vossa Excelência aguarde.

O Regimento Interno aqui diz: Artigo 119, Senhores Deputados, diz o seguinte: Qualquer pessoa poderá assistir as sessões das galerias, contanto que esteja desarmado e guarde o maior silêncio sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia. Aos Deputados é defesa (?) aplaudir. Com a palavra o Deputado...

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência cite o artigo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem: Senhor Presidente, o mesmo Artigo que Vossa Excelência citou dizendo que pretendemos na Constituinte Estadual modificar esse Regimento para que o povo tenha o direito de se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência aguarde a oportunidade da Constituinte.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu gostaria assim de dizer de público, ao Plenário desta Assembléia Legislativa que ... (Término do Tempo).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência continuará no Horário das Lideranças.

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria de um aparte, Deputado Pedro Tonelli, na sequência. Deputado Pedro Tonelli, meu amigo Deputado Pedro Tonelli, conceda-me um aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - ... de provocações infundadas. Vou me deter às questões políticas. Quando ele afirmava e tentava justificar os casos das demissões ele continua me devendo. Por quê? Porque não foram demitidos com justa causa. Quem não tem contas aprovadas tem que ser demitido

com justa causa e é isto que nós esperamos do Governo Álvaro Dias, caso contrário... (conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa solicita aos Senhores Deputados que respeitem o orador que se encontra na tribuna. Com a palavra o orador.

O SR. PEDRO TONELLI - ... estaremos reproduzindo nesta tribuna a demagogia e não é isto que ...

Outra questão política e polêmica é a sua definição quanto ao marajá Pedro Tonelli que eu concordo.

Agora sabemos que temos que estabelecer uma nova ordem, porque aqui não é só o marajá Pedro Tonelli. Nós somos sete partidos nesta Casa e gostaríamos de saber o que é que o PMDB tem de melhor, que tem que ter 2 estruturas a mais do que o PFL, mais que o PDT, mais que o PT, mais que o PTB. Nós gostaríamos de saber. E gostaríamos de saber...

O Sr. Nestor Baptista- Mais que o PT ninguém tem, Deputado Pedro Tonelli...

O SR. PEDRO TONELLI -... quantos assessores tem no PMDB aqui nesta Casa compondo a Mesa, os Parlamentares, as duas Lideranças: somam os automóveis, os gastos de gasolina e a onde eles moram. Nós precisamos saber aqui e o povo do Paraná vai saber quantos têm do PMDB? Quantos têm do PDS? Quantos tem do PT? Porque somos homens públicos, fomos eleitos e somos pagos pelo povo e temos que mostrar para o povo.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência sabe quantos assessores tem a Bancada do PMDB com 37 Deputados? Vossa Excelência tem igual!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Senhores Deputados que se apartem o orador quando ele der o aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência quero conceder o aparte com muito prazer ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Pedro Tonelli, quero aplaudir ao final do seu discurso de pé, a sua atuação esta tarde nesta Casa que, aliás, tem sido aplaudida por todo o povo do Paraná - em especial pela bancada do PDT e em especial por este Deputado:

Dizer que Vossa Excelência não faz demagogia a exemplo do que nós fazemos - e ao contrário do que disse o Deputado Tadeu Lúcio Machado, nós falamos aquilo que o povo quer que falemos, nós cobramos aqui-

lo que o povo quer que cobremos.

Portanto, quando subimos a esta tribuna, subimos para fazer cobranças e até para ajudar o Governo do Estado a melhor dirigir este Estado. Porque, em nome da moralização que se prega tanto, pela imprensa, especialmente, não pela boca do povo que não lê jornal, que não pode comprar o jornal, em nome desta moralização, nós queremos saber o acerto que Sua Excelência o Governador fez com o "Jogo do Bicho"! Como é que se pode falar em moralização neste País, neste Estado, especialmente, quando o governo faz acerto com a contravenção! O Governador acabou de dizer... (discussão paralela).

Senhor Presidente, quero pedir e ter direito a fazer o meu aparte! Senhor Presidente, em nome da liberdade, do direito, do Regimento desta Casa...

O Sr. Nestor Baptista - Então em nome da verdade use a verdade Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, em aparte, o Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Muito obrigado Senhor Presidente.

Então dizia, Deputado Pedro Tonelli, claro que nós entendemos que o Governador tem tomado medidas boas para o Estado e somos os primeiros a aplaudir e reconhecer. Agora, há que se reconhecer também as falhas que comete o Governo. E ele reconheceu a falha quanto tentou passar por cima do Poder Judiciário dizendo que ia meter todo mundo "em cana", na "cadeia", sem que houvesse a intervenção do Tribunal. Fez-se um alarde tremendo neste Estado. Todos os dias a Imprensa tinha hora marcada no Palácio Iguaçu para buscar matérias policiais, transferia-se a Sala de Imprensa da Polícia para o Palácio Iguaçu - para anunciar os corruptos, os marajás aquela coisa toda. Hoje, não tem mais nenhum desses marajás presos, estão todos em liberdade. As duas moças a que ele se refere, ex-funcionárias do IAM, do PROMOPAR e hoje FASPAR, são mulheres que até agora ninguém pode ainda acusá-las de vagabundas, de sem-vergonha e de ladras, porque há um processo correndo na 7ª Vara Criminal e até hoje não foi concluído. Portanto, nós não podemos acusá-las e muito menos um Secretário de Estado, pode ir a público e chamá-las de vagabundas. Só pode chamar de vagabundas, se conhece, se conviveu! Se conhece e conviveu então fica a dúvida com relação ao "Caixinha 2", da PROMOPAR e da campanha do PMDB.

Então queria...

(discussões paralelas) o Líder do Go-

verno não respeita o Regimento desta Casa e não respeita Vossa Excelência, Presidente.

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Muito Obrigado, Senhor Presidente.

Em nome da liberdade e da democracia, quero concluir porque eu sei que Vossa Excelência tem mais coisas a cobrar ainda e dizer que o seu pronunciamento é muito importante para esta Casa porque faz uma avaliação do Governo. Eu acho que só deve permitir àquele que não tem nada a temer. Não há por que ficar brigando, chamando de demagogo quando Vossa Excelência vai à tribuna fazer uma cobrança que é o direito que nos permite a democracia.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço e quero aproveitar estes minutos finais para conceder aparte ao Líder do PFL, Partido que compõe esta Casa de Leis e que tem o direito também.

O Sr. Basílio Zanusso - Ilustre Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência cumpre mais uma vez, com competência, o exercício da Oposição nesta Casa, fazendo da tribuna uma avaliação e que provavelmente representa o pensamento do seu Partido com relação ao primeiro aniversário do Governo Álvaro Dias, aniversário que foi badalado pela imprensa e a nível nacional, principalmente com resultados favoráveis ao Senhor Álvaro Dias.

O percentual de 80%, 90%, não vem ao caso, porque não sabemos como é que essas perguntas foram formuladas; quais as pessoas consultadas porque, parece-me, que foram cerca de 500 ou 600 pessoas, se essas pessoas foram bem informadas quanto aos atos do Senhor Governador, do Governo do Estado no seu todo, quando se fala escancaradamente na televisão, constantemente, que o governo do Estado está realizando milhares de quilômetros de asfaltos, com declarações de particulares; será que aqueles homens, aquelas crituras estão sabendo que a Receita do ICM bate com a despesa da folha do pessoal? Será que aquelas pessoas que estão contribuindo para esse resultado, que não representa a verdade, sabem que 50 mil crianças em idade escolar, 1º e 2º graus, ficaram sem bancos escolares na rede pública por falta de previsão do Governo do Estado, sendo uma obrigação Constitucional Senhores Deputados, esta Casa sabe que é obrigação Constitucional do Governo oferecer...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, houve muitos apartes, ou melhor, questões de ordem. Conceda-me quatro minutos para...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa considera Vossa Excelência inscrito em Explicações Pessoais.

O SR. PEDRO TONELLI - Só para concluir então, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 30 segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço aos apartes que vieram enriquecer o meu pronunciamento. Tínhamos outras faces do Governo que precisavam ser pronunciadas neste dia, mas, oportunamente, nós o faremos. E gostaríamos de deixar aqui uma preocupação com relação à popularidade. Eu ainda não esqueço de que nos meados de 1982, quando Ney Braga estava com 83% de popularidade e, nas urnas, a sua popularidade não foi assim. Então, isso nos preocupa. Nós temos que ser realistas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao representante do PL.

Não se encontrando em Plenário, concedo a palavra à representação do PDS.

Concedo a palavra à representação do PTB.

À representação do PFL.

À representação do PDT.

O Sr. Algaci Túlio - (Pela Ordem) - Gostaria de indagar à Mesa, quando o PDT usou a Liderança ontem, em primeiro lugar e pelo revezamento, pelo rodízio deveria ser o último hoje. Gostaria de saber se foi observado, porque eu usei o Horário da Liderança ontem. Fui o primeiro a usá-lo logo após o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está correta a classificação, Deputado.

Eu concedo a palavra à representação do PDT. Concedo a palavra ao nobre Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A par de acompanhar atentamente os debates de hoje nesta Casa, não faremos comentários a respeito do que houve e do que ouvimos aqui hoje. Esta Casa é realmente a Casa do Parlamento, da liberdade, da de-

mocracia.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos ouvindo com bastante preocupação notícias a respeito da importação de algodão em grande quantidade pelo Governo Federal. Outro dia, falava com o deputado Orlando Pessuti da preocupação que existe, por parte do Paraná, por esta importação. E ele me disse que na sua viagem a Brasília iria solicitar ao Ministro da Agricultura que não importasse algodão. É bem verdade, Senhores Deputados, para os Deputados do Vale do Ivaí, e do Norte do Paraná, sabedores da grande produção que terá o Paraná em algodão neste ano de 1988, esta notícia vai burlar os interesses e os direitos dos agricultores paranaenses.

Esta notícia vem em má hora, e Senhor Presidente, Senhores Deputados, pressiona o preço para baixo. Esta notícia faz com que os compradores do produto deixem o nosso agricultor na fila de espera para vender a mercadoria. E sabemos que o preço de algodão está aquém da expectativa dos nossos agricultores, porque estes vêm sofrendo uma violenta taxa de juros, em função desta inflação que hoje corrói a produção brasileira.

Somos de uma região onde o algodão é produzido em grande escala. Na semana passada ouvimos com muita atenção, diretamente dos agricultores daquela região, que as algodoceiras já começam a pedir prazo para fechar o preço da mercadoria e sabemos que os juros estão hoje na faixa de 20% ao mês. Então fica no ar a preocupação deste parlamento e deste Parlamentar, em função da real veracidade da notícia apresentada pelo Governo Federal.

Sabemos o quanto é difícil para o produtor de algodão e os Deputados Orlando Pessuti, Domingos Scarpellini, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli sabem disto, é uma produção de alto custo. Todos os Deputados que acompanham os produtores de algodão neste Paraná sabem a situação que enfrenta o nosso trabalhador.

É por isto, Deputado Orlando Pessuti, que fizemos reivindicação a Vossa Excelência para que intervisse junto ao Ministério da Agricultura para que tal fato não ocorresse. Vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa região é também grande produtora de algodão. As suas algodoceiras, este ano, devem adquirir pouco mais de cinco milhões de arrobas que serão beneficiadas na minha Cidade, Bandeirantes, gerando com isso: trabalho, impostos, empregos e todos os benefícios à nossa população. São mais de 15 Municípios que pertencem a essa região e à outra região que tem sua sede no Município de Assaí.

Nós sabemos da preocupação dos agri-

cultores. É por isso que nós trouxemos, hoje, a Plenário, esta preocupação, a preocupação deste Parlamentar. Nós, defensores do povo, temos a obrigação de encaminhar a nossa reivindicação. É por isso que amanhã apresentaremos, aqui nesta Casa, um requerimento endereçado ao Senhor Ministro da Agricultura, para o qual nós esperamos o apoio e a aprovação de todos os Deputados desta Casa, independentemente de Partido, para que não se proceda a importação do algodão. Porque nós sabemos que o trabalhador rural, o agricultor, o fazendeiro são o sustentáculo desta Nação.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PMDB. Deputado Caíto Quintana com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

O Sr. Nestor Baptista - Deputado, eu quero me inscrever para um aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Na pesquisa realizada e citada aqui na tarde de hoje, mostra que o leiteiro, o jornalista, e eu diria qualquer outro prestador de serviços, tem mais credibilidade que o político.

Eu me permito, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, analisar as razões desta descrença nos políticos. Obviamente, comportamentos dentro desta própria Casa e fora dela, fazem com que a opinião pública deste Estado e do País passem o desacreditar na classe política.

Há um movimento orquestrado para diminuir a classe política na vida nacional? Há. Senhor Presidente e Senhores Parlamentares. E interessa a quem? Desmoralizando o Parlamento ou a figura do político abre campo para vãos mais audaciosos daqueles que muitas e muitas vezes lá fora nos criticam, de olho na cadeira em que sentamos, aqui dentro. Mas, há comportamentos de Parlamentares, inclusive, que ajudam a denegrir a imagem do político, no vão pensamento de julgar que estão imunes a este julgamento de opinião pública. E me desculpe, meu conterrâneo, meu companheiro Pedro Tonelli, Vossa Excelência, no curto espaço de vida neste Poder e na vida política, não descobriu ainda que o que se joga contra os outros, volta-se contra nós. Porque a opinião pública classifica os políticos e a atuação deste Parlamento com aquilo que acontece nesta Casa. E na separação das siglas partidárias. Principalmente, quando o discurso é diferente da prática. Principalmente, quando se acusa

atitudes de um e se procede da mesma maneira.

Eu quero, aqui, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares e os Senhores da imprensa que muitas vezes vendo o que acontece aqui dentro, não colocam nas suas linhas, para uma avaliação popular, o verdadeiro objetivo daqueles que demagogicamente tentam denegrir a imagem do Parlamentar.

Que diferença faz para o povo do Paraná, Deputado Valderi Mendes Vilela, carinhosamente o meu desafio, que diferença faz para o contribuinte do Estado do Paraná se um Parlamentar recebe seiscentos mil cruzados e gasta ele em auxílio com bolsa de estudo, com indigente, com passagens, com assistência social, com telefone, com correspondência, com o trabalho de gabinete? Ou então, demagogicamente, prega aos quatro ventos que só fica com parte do vencimento e entrega o resto para o Partido? Que diferença faz para o bolso do contribuinte isso? Ele está pagando da mesma forma esse salário, com uma diferença: que aqueles que cumprem o trabalho de gabinete de assistência aos menos favorecidos, não estão servindo com o dinheiro público do suor dos pseudotrabalhadores que defendem para manter a hierarquia de um Partido e para pagar salário dos funcionários que estão à disposição de uma sigla partidária.

Ora Senhor Presidente, Senhores Parlamentares a "Boca Maldita" de Curitiba, vai servir de cenário para distribuição de panfletos mentirosos como este, Deputado Pedro Tonelli? Para denegrir a imagem do político, para mentir aqui dentro, porque Vossa Excelência tem um costume muito costumeiro, muito visto e muito declarado na opinião de todos nós.

Vossa Excelência é do monólogo. Vossa Excelência não permite aparte, porque, invariavelmente, cita da tribuna inverdades que são desmascaradas em qualquer diálogo. É o monólogo de Vossa Excelência, como esse escrito aqui, como o que Vossa Excelência afirma em Capanema, de tentar voltar a população rural contra a instalação de um frigorífico, contra a instalação de um laticínio, porque para Vossa Excelência qualquer homem trabalhador que entre 4 paredes abre uma porta para trabalhar no comércio ou na indústria, não merece o apoio de ninguém, como se trabalhador e empresário nesta Nação não caminhassem no paralelo, como se o empresário nacional não fosse a fonte geradora do emprego dos trabalhadores que Vossa Excelência fala.

No entanto, nobre Deputado, Vossa Excelência mantém no seu gabinete, funcionário fantasma. E se Vossa Excelência tiver coragem nesse instante, desafie-me para dizer o nome e onde mora, que eu vou dizer

aqui.

Tem a palavra, Deputado. Pergunte se é mentira o que eu estou informando, que Vossa Excelência tem funcionário fantasma que nem conhece a Assembléia Legislativa. Pergunte?

O SR. PEDRO TONELLI - Pode dizer o nome de todos os fantasmas que o Senhor souber. Pode dizer.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vou citar um.

O SR. PEDRO TONELLI - Todos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu vou citar um, Maria Libardi que trabalha no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto e que nunca veio na Assembléia Legislativa e é funcionária do seu gabinete.

Eu vou lhe citar um outro que Vossa Excelência tirou quando foi desmascarado. O candidato a Deputado Federal pelo PT de Dois Vizinhos, que é do Sindicato de Dois Vizinhos e que estava na folha de pagamento da sua Liderança. E vem pousar aqui de moralista, como se todos nós fôssemos corruptos e o único sujeito decente fosse Vossa Excelência. Como se o dinheiro que vai para o seu bolso ou para o seu Partido fosse diferente da assistência que nós prestamos aos gabinetes, como se não saísse do suor do mesmo trabalhador.

Ora Deputado, no dia que eu achar que o vencimento é demais, eu não recebo. Aí eu estou sendo coerente, porque não vale dizer que eu peguei o dinheiro porque ele tinha caído no chão e se eu não pegasse outro pegava. Isso não é decência. Quando a porta do Banco ficar aberta, eu não posso dizer que eu entro no cofre e pego o dinheiro, porque se eu não chegasse o assaltante chegava. Isso não é moral, Deputado, e isso serve para a pesquisa que Vossa Excelência frison, que a classe política por atitudes como essa, é que está desmoralizada perante a opinião pública.

Se nós quisermos moralizar a classe política, vamos ter que fazer o debate das idéias, daquilo que interessa para o trabalhador.

Senhores, para esse Deputado, o IBOPE diz que Lula está em melhor condição que Ulysses Guimarães. A pesquisa de São Paulo é válida, mas o IBOPE que diz que o Governador Álvaro Dias tem 93% não é válido, como se tivesse que consultar a sua patota, para que isso fosse a idéia da opinião pública.

O povo transita nas ruas, trabalha, o povo que votou em Vossa Excelência, no Partido dos Trabalhadores no total do Estado, é menos do que o voto do que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti sozinho recebeu.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então Vossa Excelência também não tem essa bola toda, para chegar aqui na tribuna e dizer que é representante dos trabalhadores, só que no Paraná, existem apenas setenta mil trabalhadores e a maior parte são vagabundos.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu lhe concedo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa que o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra pela ordem o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu gostaria que Vossa Excelência transferisse o tempo do Partido Trabalhista Brasileiro, ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, porque é muito importante o seu pronunciamento, e isto o que ia dizer em aparte, porque ele está desnudando um falso moralista, um homem que espalha aos quatro ventos principalmente à imprensa ligada ao PT, que ele recebe o dinheiro aqui, que é excessivo e tenta congelar o subsídio de Deputado, distribuindo ao Partido. Isto nada mais é do que investimento eleitoral; é o dinheiro desviado do povo para a agitação no campo, na cidade, para a subversão da ordem. E no instante que o Deputado Caíto Quintana, num pronunciamento brilhante, desnuda esse falso moralista, era necessário que a Comissão Executiva, aproveitasse alguns tópicos do pronunciamento do nobre Líder da Bancada do PMDB, para fazer a defesa do Poder Legislativo, para mostrar à população que o Deputado Pedro Tonelli é vazio, que ele faz denúncias e usa mau o dinheiro público empregando fantasmas em seu gabinete. Que ele não citou sequer o nome de marajá, porque o Estado do Paraná não tem marajá. O funcionário público no Paraná é mal remunerado, nunca pode se comparar a marajás. No entanto, este homem está construindo um carreirismo político a custa da mentira, de inverdades, assacando contra um Poder, que com todos os seus defeitos ainda é o Poder, que defende o povo. "Ruim com Legislativo, pior sem ele".

Nós vivemos experiências amargas e Vossa Excelência Presidente da Casa, vivem

mais amargas ainda, experiências dos Governos ditatoriais. Vossa Excelência sentiu na própria carne, o que é não ter um Parlamento ativo, defendendo a liberdade de pensamento, e de expressão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa transfere o tempo do PTB, ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra em primeiro lugar pela ordem o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Vossa Excelência anunciou e a taquígrafia pode provar isso, que o PTB foi chamado para usar o seu tempo e não usou, não estava no Plenário. Portanto, não pode Vossa Excelência dar quinze minutos ao PMDB, mais oito minutos e meio ao PMDB, em nome da Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É tradição desta Casa a transferência de tempo para outra Bancada, quando ocorrer o mesmo com Vossa Excelência e este Deputado estiver na Presidência, Vossa Excelência terá ...

O SR. ALGACI TÚLIO - Uma questão de ordem mais uma vez. No início dos trabalhos Legislativos de 1987 nós aprovamos nesta Casa, requerimento onde deverá ser obedecido o Regimento da Casa; onde nenhum líder de partido poderá delegar poderes ao líder de outro partido.

Portanto, gostaria que o requerimento que está nos Anais desta Casa seja respeitado, caso contrário seja rasgado este requerimento que eu quero ver respeitado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa comunica ao nobre Deputado Algaci Túlio que o tempo pertence ao PTB e o PTB pode dar a quem quer que seja.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Primeiro, gostaria de desafiar que colocasse a público um pedido nosso da bancada do PT para que se fizesse uma constatação, uma comprovação da nossa viagem a Santa Catarina e a verdade fosse dita aqui neste Plenário, para que mentirosos não viessem mais fazer uso indevidamente.

Segundo, gostaria que a Mesa desta Casa citasse o artigo do Regimento Interno onde se permite que um partido ceda tempo para um outro.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Graças a Deus Deputado Pedro Tonelli, nós não estamos num regime socialista comunista e nem em regime ditatorial.

A palavra está com o Deputado Caíto Quintana e a decisão é irrevogável.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Eu, aproveitando esta questão de ordem minha que não tem nada a ver com Regimento Interno, gostaria de solicitar do Deputado Caíto Quintana que esclarecesse quando citou meu nome Valderi Mendes Vilela, quanto a gastos assistenciais feitos pelo meu gabinete. Porque, realmente, nobre Deputado eu concordo com muita coisa, nem com tudo que Vossa Excelência diz, mas concordo bastante pela própria defesa que faço deste Parlamento como liberdade. Até concordaria que não fosse cedido o horário do PTB por uma questão de consenso e que fosse concedido um horário especial, não da Liderança do PTB. Até um horário especial se assim algum requerimento fosse votado nesta Casa, pela liberdade do Parlamento que sempre defendo. Veja bem Deputado, há uma diferença Deputado Algaci Túlio e não nós vamos divergir um pouquinho entre se ter um Horário de Liderança e se votar um requerimento para um novo horário para uso da tribuna. Pode acontecer com qualquer partido desta Casa. É bem verdade que há sempre boicote aos nossos requerimentos da Oposição. Mas, por isso Deputado Caíto Quintana gostaria nesse particular de dizer a Vossa Excelência que, talvez, eu fiz uma entrevista há poucos dias, dizendo dos gastos nossos, do nosso gabinete com assistência social e assistência médica aqui e lhe confesso de público e a todos os Parlamentares que se meu salário hoje como Deputado fosse de um milhão de cruzados estaria ganhando menos do que um advogado. E o aplico quase todo nas minhas despesas, porque dentro de um ano e meio que estou nesse Parlamento, ainda não consegui comprar nada para incorporar ao meu patrimônio. Continuo fazendo isso, porque gosto da política e defendo aqueles que gostam da política, especialmente através de um Parlamento livre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço pela generosidade do Deputado Erondy Silvério. E essa discussão de questão de ordem, de conceder ou não ceder horário, pela experiência política do Deputado Erondy Silvério, nós podíamos até ter passado por cima porque pela convivência de plenário, nós sabemos que a Mesa poderia ter dado hora-

rio ao PTB e o PTB subir à tribuna e me conceder um aparte e eu continuar usando seu horário que seria regimental.

Mas, deixa-me Senhor Presidente e Senhores Deputados, até certo ponto, preocupado em determinados instantes quando se tenta dissecar um assunto, ir a fundo dele, ninguém aqui tem medo de discutir seriamente com a imprensa e com a opinião pública o salário dos Parlamentares. Eu não tenho e quero dizer aqui que me sujeito a qualquer demonstrativo do que significa o salário do Parlamentar, porque é chegada a hora de dizer a verdade à opinião pública. O Deputado Valderi Mendes Vilela, que carinhosamente pelo respeito que lhe tenho, citei como referência poderia ser qualquer outro, vem no seu aparte comprovar o que existe aqui nesta Casa, Senhores Parlamentares e Senhores da imprensa! Nós dizemos que a saúde é um direito do cidadão e um compromisso do Estado, teoricamente é uma palavra bonita, faz parte de muitos discursos populistas, que andam por aí, mas daí à realidade de bater à porta de seu gabinete um enfermo que veio lá do Interior e não sabe nem onde é que fica o hospital, e não tem INPS e não foi encaminhado pelos canais competentes, e você simplesmente chegar e dizer para ele, que percorreu estradas, que é um companheiro, que é um ser humano, chegar para ele e dizer que a saúde é um direito dele, mas que é um dever do Estado e o Senhor não pode fazer nada. Se o Senhor passar na rua e encontrar alguém caído, próximo da morte, o Senhor vai telefonar para o Secretário de Estado da Saúde ou para o chefe do INAMPS, para dizer que a obrigação é do Estado, ou o Senhor, como cidadão, vai prestar esta assistência?

Então vamos falar a verdade! Aqui está escrito para jogar este parlamento, e aí eu quero chamar a atenção, Deputado Algaci Túlio e outros tantos, e ao próprio Deputado Pedro Tonelli, jogar este Parlamento contra a opinião pública que está passando na Rua das Flores, na Boca Maldita e em outros tantos cantos da cidade, que quando ela pegar e ler aqui que o Deputado recebe de subsídio 334, de auxílios, auxílios que na voz popular significa mordomia, porque ele não tem obrigação de saber que estes auxílios são para pagar a conta do telefone, que, no fim do mês, é debitada na conta do Banco do Estado, a cada um dos Parlamentares, e já sai deste dinheiro. Ele não tem obrigação de saber que a requisição que você dá e que vai para a ESTAR ou qualquer outro órgão, no final do mês é faturado, e vem cobrar aqui no gabinete do Parlamentar, porque não é a Assembléia que paga!

Ele não tem obrigação de saber que, quando a ambulância vai lá no interior pa-

ra buscar um doente ou levar um enfermo, alguém falecido, está escrito lá: "Assembléia Legislativa, Assistência Gratuita", ele não tem obrigação de saber que é o Parlamentar que paga o dinheiro da gasolina e a própria refeição do motorista que está a serviço! Não tem obrigação de saber que não existe bolsa de estudo neste País, e que os estudantes estão aí, em greve, num movimento para baixar a mensalidade escolar! Mas, se um chefe de família não consegue pagar o ensino universitário para um filho seu, os Parlamentares, nos Gabinetes, deste salário maldito, que vocês dizem que é muito, paga 4 ou 5 bolsistas, cada um daqueles que aqui estão, pelo menos aqueles que pretendem honrar os seus mandatos e não colocar a culpa no serviço público, as necessidades porque passa o povo brasileiro!

Ora, Srs. Parlamentares, vamos ter consciência daquilo que aqui desempenhamos!

Eu perguntaria aos Deputados que acusam o autor desse: - "O Sr. está mais rico com um ano de mandato?" Não está? Mas Vossa Excelência está recebendo também, todo o mês, Cz\$ 600.000,00 por mês! Será que só Vossa Excelência não ficou mais rico? Ou será que o Deputado Orlando Pessuti, me permita, até hoje não conseguiu pagar a dívida, está rolando no Banco do Estado, pagando juro extraordinário. Consultem as contas dos Parlamentares na agência do BANESE, se não está todo mundo com conta estourada, se não está todo mundo com pagão, e por quê? Será que é porque vivem como majarás?

Eu nunca fui a Cuba, Deputado! Nunca fiz uma viagem ao Exterior. Conheço, na minha humildade de homem pobre, Puerto Iguazu, que é a divisa com a minha região, no entanto, Vossa Excelência já viajou para dois ou três países do mundo!

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo num aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu concedo.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado Caíto, se nós analisarmos a origem de Vossa Excelência, a origem do Deputado Pedro Tonelli, são da mesma região, e vejo em Vossa Excelência o exemplo de Parlamentar neste Poder Legislativo.

E vejo, do outro lado, o homem que conseguiu mentir, enganar a consciência dos humildes e que lamentavelmente chegou a este Poder Legislativo totalmente despreparado. Incompetente, não tem responsabilidade com a sua população, e se sobra dinheiro para o Deputado Pedro Tonelli, é porque não atende aos humildes que o trouxeram a este Poder Legislativo. Se sobra

dinheiro apenas pelos interesses de grupos, para agitar e criar dificuldades ao Paraná e ao Parlamento.

E é bom que se saiba que se tenta desestabilizar este Poder Legislativo é porque está dentro de sua consciência, que sua incompetência não o fará um Deputado de segundo mandato. Sabendo que não retorna a este Poder Legislativo, por não ser um Deputado atuante, que tem a responsabilidade com o seu povo e o povo do Paraná.

Eu gostaria de alertar a Casa e a todos os Deputados, de todos os Partidos aqui, que têm assento neste Poder Legislativo, que temos que tomar cuidado, porque o homem que já se sente derrotado apenas com um ano de mandato, está sujeito a criar uma série de dificuldades ao Poder Legislativo.

E ao Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência várias vezes, ao pedir Questão de Ordem, diz: Em nome da liberdade. Vossa Excelência deve dizer que é em nome da liberdade que Vossa Excelência não está preso.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir, Sr. Presidente.

Lamento não poder conceder mais apartes. Eu gostaria de me escusar, se fui agressivo com algum Parlamentar, mas acho que é chegada a hora de conversarmos sério. E sugerir à Mesa, que fizesse, nos moldes do que o Deputado Erondy Silvério falou, um demonstrativo do que ganham os Parlamentares, e convocasse a imprensa do Paraná para demonstrar o que é que entra e o que é que sai desse salário, e quanto realmente sobra.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa anuncia a presença do Coronel Wantuil Borges, Comandante da Polícia Militar do Paraná, e deseja a Sua Excelência uma feliz estada.

Tem a palavra, Pela Ordem, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Com todo o respeito que tenho a este Parlamento, aliás eu sempre tive respeito com todos os Deputados desta Casa, inclusive até no meu programa de televisão, como tenho respeito a toda a imprensa da Capital e do Interior, sei que fiz 90 mil votos no Paraná, nem por isso sou o dono da verdade, nem por isso bato no peito e digo que sou o melhor Deputado do Paraná, não me considero, mas também não sou o pior.

Só queria deixar registrado em Ata,

nesta Casa, nesta tarde.

Outro dia, encontrando com o Deputado Antônio Costenaro Neto, no corredor, com o próprio Deputado Algaci Túlio e um outro Deputado, que me falha à memória, estávamos preocupados com o alto índice de pessoas que vêm do interior do Paraná à nossa procura. E anteontem, tive que bater à casa de Vossa Excelência, Sr. Presidente para pegar uma ambulância e comprar um caixão às pressas, entre inúmeros que vários Deputados compram, e fazer o sepultamento de uma senhora no Interior do Paraná.

Nem por isso sou o melhor. Todos aqui o fazem. Mas queria deixar registrado nesta Casa, e o Senhor mesmo me emprestou dinheiro para que eu fizesse a minha compra de cadeiras de rodas e outros Parlamentares que me ajudam, é um direito que me assiste, não devo satisfação a ninguém.

Então eu queria deixar registrado em ata, que o que eu ganho nesta Casa é meu, e não devo satisfações a vagabundo nenhum nesse País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, com apoio dos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado, Luiz Carlos Alborghetti e de demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n. 111/86. - Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Para encaminhar).

Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, fiz questão de encaminhar o requerimento de autoria do nobre Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nestor Baptista, em que pede a reinclusão do Projeto de Resolução n. 111/86 de autoria do ex-Deputado Estadual, hoje Deputado Federal, Nilso Sguarezi.

Esse projeto visa tão somente evitar que continuem acontecendo as anomalias, que infelizmente têm acontecido até agora nesta Casa, beneficiando principalmente Lideranças de Deputados únicos.

Temos aqui três Lideranças: do PL, do PDS e do PT, todas as três possuem somente um representante e com um representante tem os mesmos direitos dos 37 Deputados que pertencem à Bancada do PMDB nesta Casa.

E só para esclarecer, custa em dinheiro um Deputado, como exemplo o tão mora-

lista, Deputado Pedro Tonelli, cerca de 1 milhão e 500 mil cruzados por mês, se levamos em conta a sua assessoria extra, a sua verba de gasolina, o seu automóvel oficial, a chefia de gabinete, o seu segundo gabinete, enquanto que cada Deputado Estadual que compõe a bancada do PMDB, custa cerca de 35 mil cruzados por mês.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, demonstra que nós temos que tomar urgentemente uma atitude, e esta atitude deverá ser adotada através da aprovação imediata do projeto de resolução de autoria do ex-Deputado Estadual Nilso Sguarezzi.

Diz esse projeto no seu artigo primeiro: "Os Gabinetes de representação das Lideranças de Partidos Políticos junto à Assembleia Legislativa, somente serão instituídos para a bancada que no mínimo tenha 3 Deputados"; porque não é concebível que um Deputado lidere ele mesmo, não é concebível que para eleger um Líder de uma bancada, basta a ele acordar à noite, quando perder o sono, achar o consenso.

Portanto, tem que haver regras básicas, para moralização efetiva, como quer o Deputado Pedro Tonelli. A partir daí teremos, não só em termos de economia para a Assembleia Legislativa, mas em termos de racionalização e acima de tudo, de moralização. Não somos o agente da desmoralização e posso aqui até dizer que estamos, infelizmente, coniventes com ela, quando permitimos que o Deputado Pedro Tonelli seja o super-deputado desta Casa. Diz o Deputado Pedro Tonelli, em um dos seus apartes, que a Bancada do PMDB tem o Presidente, que tem uma assessoria especial, um gabinete especial, não existe nada escrito que impeça o Deputado Pedro Tonelli de ser o Presidente desta Casa, basta ser ele o candidato e conseguir maioria para isto. O Primeiro Secretário também tem um gabinete, uma assessoria, porque afinal de contas, ele dirige administra esta Casa, e não tem nada que impeça Vossa Excelência de ser candidato e se eleger 1º Secretário. Diz o Deputado Pedro Tonelli, que o Governo tem aqui uma liderança e uma estrutura além da estrutura da Bancada, nada impede Deputado Pedro Tonelli, que com as mentiras consiga o PT eleger o Governador do Estado e manter aqui uma Liderança de Governo. Portanto eu concito ao Presidente desta Casa que faça de forma urgente a apreciação deste Projeto de Resolução, que os Senhores Deputados do PMDB, do PFL, do PDT, do PTB, se unam para que não continuemos sendo vítimas das mentiras de alguns Deputados que tentam denegrir o nome deste Poder que é "sacrossanto" porque aqui tem homens descentes que vieram lá de baixo, com sacrifício, com luta e com garra, que nunca mentiram, e que vieram com a finalidade única de representar com digni-

dade o povo do Paraná. Falo isso com tranquilidade porque estou aqui na minha terceira legislatura. Vim pela primeira vez com 13 mil e 500 votos: na segunda fiz 29 mil e nesta eleição 46 mil. Recebi o respaldo popular visitando o povo, falando com o povo, entendendo o povo e nunca aproveitando manifestações, como hoje tivemos dos estudantes, que acreditamos injustificados, e que vamos defender para que a mensalidade escolar diminua de preço e o nosso estudante tenha acesso à escola, mas jamais faremos como fez o Deputado Pedro Tonelli, demagogicamente pegar o microfone não dizer nada, não dizer coisa nenhuma, simplesmente para faturar num momento de desespero dos cidadãos do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão. APROVADO.

Tem a palavra pela Ordem o Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Registro meu voto favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece Vossa Excelência. O Projeto está em Regime de Urgência, cada Comissão terá 48 horas, o Projeto irá a duas Comissões.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Pela Ordem- Senhor Presidente, uma vez que o ilustre Deputado Pedro Tonelli se posicionou favorável ao nosso Requerimento então eu gostaria que o Deputado Pedro Tonelli, já entrasse em contato com a Presidência e colocasse os funcionários já à disposição da Casa e a viatura que ele tem utilizado para fazer campanha do PT.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Furiatti - Pela Ordem- Senhor Presidente que essa decisão se for tomada, que não seja uma decisão por causa do PT. Essa é uma decisão de princípios, e nesta Casa não existe apenas o PT como Líder de um só, nós temos o PDS, nós temos o PL, portanto, data vênha nobre Deputado solicitaria que corresse o trâmite normal para que isso não implique como se fôsse uma decisão tomada em relação ao Partido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto terá tramitação regular.

O Sr. Algaci Túlio- Pela Ordem- Eu faria um apelo à Presidência que deu abertura ao Regimento desta Casa, gostaria que

esta Assembléia tivesse conhecimento, e que todas as bancadas também tivessem conhecimento deste Projeto e que ele fosse lido para este Plenário, para que possamos tomar conhecimento do conteúdo deste requerimento antes mesmo de levar para as comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa extra-Regimentalmente, determina que se envie cópia a todos os Senhores Deputados.

O Sr. Algaci Túlio - O que nós queremos é que essa mesma igualdade seja dada a outros Deputados, porque nesta Casa nós temos três tipos de Gabinete, pequeno, médio e grande, então que sejam transformados todos os gabinetes num tipo de gabinete só, e que aqueles que já deixaram Mesas Executivas em Legislaturas passadas, também passem a ter gabinetes iguais aos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto será enviado por cópia a todos os Senhores Deputados.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem. Senhor Presidente.

Se possível, nós gostaríamos de ouvir o que Vossa Excelência coloca em votação neste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estes Projetos foram lidos no Pequeno Expediente, mas, a Mesa vai procurar fazer a leitura, com mais clareza.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente,

solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n° 040 e 039/88. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 39/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 39/88), que objetiva alterar os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando ainda integrar a tabela no texto da Lei n° 8.671, de 21.12.87. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no DA., n° 07, de 09.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 39/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n° 39/88, objetiva alterar os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Como se pode notar na própria justificativa, a medida é revestida de indiscutível mérito, pois visa dar tratamento integral que será dispensado aos ocupantes do Quadro referido colocando-os no contexto da última Lei de aumento do funcionalismo em geral.

Estudando-se o Art. 47 da Constituição Estadual vê-se que a matéria do Projeto de Lei em questão é de competência pessoal do Chefe do Poder Executivo.

Portanto, não há sob este aspecto óbice impeditivo.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 40/88, oriundo do Anteprojeto de Lei elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 40/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - O quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná passa a ser o constante do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º - A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II, com as respectivas correlações de enquadramento.

Art. 3º - Os cargos constantes do Anexo II, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta Lei, com as respectivas denominações, classe, referência e percentuais de vencimento.

Art. 4º - Os cargos de provimento em comissão, previsto no Anexo II, da Lei nº 7077, de 03 de janeiro de 1979, atualmente pertencentes à simbologia DAS-4, passam a pertencer à simbologia DAS-3.

Art. 5º - Ficam incluídos na estrutura administrativa do Tribunal de Contas a Diretoria de Contabilidade e Finanças, a Diretoria de Processamento de Dados e as Coordenadorias de Comunicação e Relações Públicas, Engenharia e Arquitetura, Ementário e Jurisprudência e Apoio Administrativo.

Parágrafo Único - Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas 02 (dois) cargos em comissão do Diretor, símbolo DAS-3 e 04 (quatro) cargos de Coordenador, símbolo DAS-4.

Art. 6º - Os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas serão fixados para cada classe, com base no vencimento do cargo de Técnico de Controle TC-I - Classe A - Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento vertical contido no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo Único - O vencimento mensal do cargo de Técnico de controle TC-I - Classe A - Referência I, é fixado em Cz\$ 28.495,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco cruzados).

Art. 7º - O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais. de mais 2% (dois por cento) na Referência II, de mais 4% (quatro por cento) na Referência III e de mais 6% (seis por cento) na Referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do cargo inicial da classe a que pertence, Referência I.

Art. 8º - A elevação do funcionário efetivo à referência ou à classe imediatamente superior àquela que pertencer, dentro da mesma série de classe, bem como o seu ingresso na inicial, será regulamentado por ato do Tribunal, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo de 30 (trinta) dias

da publicação da presente Lei.

Art. 9º - Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas 22 (vinte e dois) cargos de Consultor Técnico, com vencimentos fixados no percentual de 106% (cento e seis por cento) do valor fixado no parágrafo único do artigo 6º.

Parágrafo Único - Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas por ato do seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

Art. 10 - O artigo 15 da Lei nº 7077/79, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 15 - A Assessoria Técnico-Jurídica fica transformada em Diretoria e a esta compete, basicamente, as atividades de assessoramento jurídico e assistência técnica em assuntos especializados relacionados às áreas de Economia, Direito, Contabilidade e Administração e será dirigida por um Diretor, símbolo DAS-3".

§ 1º - Para os efeitos de "caput" deste artigo, fica criado 01 (um) cargo de Diretor da Diretoria de Assuntos Técnico-Jurídicos, símbolo DAS-3.

§ 2º - Ficam mantidas as demais disposições da Lei nº 7077/79, de 03 de janeiro de 1979 e 7665/82, de 28 de outubro de 1982, que não conflitam com o disposto nesta Lei.

§ 3º - A atual Diretoria de Pessoal e Contabilidade passa denominar-se Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 11 - Fica incluído na Tabela II, do Anexo V, da Lei nº 7665/82, o cargo de Consultor Técnico, pelo mesmo valor concedido ao cargo de Técnico de Controle.

Art. 12 - Ficam extintos os cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Serviço, código TC-AD-302, níveis 17 e 18, previstos no Anexo III, da Lei nº 7665/82.

Art. 13 - Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas 14 (quatorze) funções gratificadas, símbolo 1-F, correspondente a Chefe de Divisão, que serão instituídos por ato do Presidente, de acordo com a necessidade dos Serviços.

Art. 14 - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
(a) ANTÔNIO FERREIRA RÜPPEL
Presidente

LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
ANEXO I (Art. 1º)

SÉRIE DA CLASSE	CLASSE	REFERÊNCIA	PERCENTUAL
TC-I	A	I	100,00
TC-I	B	I	94,00
TC-I	C	I	88,00
MD-II	A	I	82,00
MD-II	B	I	76,00
BB-III	A	I	76,00
BB-III	B	I	70,00
PC-IV	A	I	76,00
PC-IV	B	I	70,00
OC-V	A	I	70,00
OC-V	B	I	64,00
OC-V	C	I	58,00
TQ-VI	A	I	70,00
TQ-VI	B	I	64,00
OP-VII	A	I	64,00
OP-VII	B	I	58,00
AC-VIII	A	I	52,00
AC-VIII	B	I	46,00
AD-IX	A	I	44,00
AD-IX	B	I	40,00
TL-X	A	I	40,00

JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de atender às necessidades de atualização e aperfeiçoamento da sua estrutura orgânica e funcional, conforme justificativa apresentada à época, este Tribunal de Contas, encaminhou, no ano de 1985, solicitação ao Senhor Governador do Estado no sentido da proposição de uma nova lei dispondo sobre o quadro de pessoal efetivo e adotando outras providências. Esse procedimento se fez tendo em vista que a referida lei, em que pese a sua natureza orgânica, resultava em despesa, e havendo dispositivo constitucional estabelecendo prerrogativa privilegiada para o Chefe do Executivo neste particular, bem como tendo em vista que todas as demais leis anteriores, quer deste Tribunal de Contas e mesmo do Egrégio Tribunal de Justiça, haviam seguido o mesmo tratamento de origem.

A Douta Assembleia Legislativa votou e o Senhor Governador sancionou a Lei nº 8082/85, que, publicada no Diário Oficial, entrou em vigência e foi aplicada pelo Tribunal de Contas.

Ocorreu, entretanto que, precisamente

em razão desse procedimento foi apresentada ao Egrégio Supremo Tribunal Federal uma representação sustentando a inconstitucionalidade da lei, em razão de vício formal no seu encaminhamento. Essa representação acaba de ser acolhida pelo Pretório Excelso com o que a referida lei é tida por inconstitucional.

Senhor Presidente,

A vigência da Lei nº 8082/85, proporcionou a este Tribunal a estrutura organizacional de que hoje dispõe e sobre a qual hoje exerce as suas funções e a ausência das suas diretrizes afeta-o frontalmente a ponto de impedir o eficaz desenvolvimento dos seus atos.

Em razão do exposto, Senhor Presidente, e considerando que o único aspecto elidido de vício segundo Acórdão do Supremo Tribunal Federal foi quanto à origem da lei, imperioso se tornou a aprovação de uma nova lei, exatamente nos mesmos termos, já então com a tramitação preconizada pela nossa mais alta Corte, a fim de que este Tribunal possa manter estrutura existente e, assim, evitar solução de continuidade às suas atividades.

Com efeito, Senhor Presidente, se pode ler da Emenda da Representação 1.304 -9, do Egrégio Supremo Tribunal Federal (cópia anexa) "Vício formal de iniciativa que ofende o disposto nos artigos 13, IV, 72, § 1º e 115, II da Constituição Federal."

E, na verdade, acentua o Ministro Relator em seu voto vencedor: "Mas, sem sombra de dúvidas, os julgamentos proferidos pelos senhores Ministros Aliomar Baleeiro e Thompson Flores, abonam a tese que afirma a prerrogativa dos Tribunais de Contas dos Estados de proporem aos respectivos Poderes Legislativos Estaduais, diretamente, a criação, a forma de provimento e os vencimentos dos cargos de seus serviços auxiliares".

Em obediência, portanto, à preclara decisão do Supremo Tribunal Federal estamos com o presente, cumprindo o preceituado nos artigos 13, IV, 72, § 1º e 115, II da Constituição Federal, encaminhando diretamente a Vossa Excelência, Senhor Presidente, o anteprojeto de lei que mantém a atual estrutura desta Corte, como é imperioso, e certos de encontrarmos nessa Augusta Casa, a atenção de sempre.

ANTÔNIO FERREIRA RUPPEL
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 040/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Contas do Paraná, dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota

ANEXO-IV (ART. 2º)

SITUAÇÃO ATUAL
GRUPO OCUPACIONAL I
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SITUAÇÃO PROPOSTA
GRUPO OCUPACIONAL I
ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CODIGO	NÍVEL	DENOM. CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS	CARGOS	CLASSE/REFERÊNCIA	Nº CARGOS
TC-ANS-100	1	Téc.de Controle Externo	23	Técnico de Controle TC-I	AI	44
TC-ANS-100	2	Téc.de Controle Externo	19	Técnico de Controle TC-I	BI	31
TC-ANS-100	3	Téc.de Controle Externo	26	Técnico de Controle TC-I	CI	81
TC-ANS-100	4	Téc.de Controle Externo	25			
TC-ANS-100	5	Téc.de Controle Externo	81			
TC-ANS-101	4	Médico	01	Médico MD-II	AI	02
TC-ANS-101	5	Médico	01	Médico MD-II	BI	02
TC-ANS-102	5	Bibliotecário	01	Bibliotecário BB-III	AI	01
TC-ANS-102	6	Bibliotecário	02	Bibliotecário BB-III	BI	02
TC-ANS-103	5	Programador de Computador	01	Programador Comp. PC-IV	AI	02
TC-ANS-103	6	Programador de Computador	02	Programador Comp. PC-IV	BI	04

GRUPO OCUPACIONAL II
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

GRUPO OCUPACIONAL II
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

CODIGO	NÍVEL	DENOM. CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS	CARGOS	CLASSE/REFERÊNCIA	Ocupantes
TC-AM-200	7	Oficial de Controle	03	Oficial de Controle OC-V	AI	50
TC-AM-200	8	Oficial de Controle	36	Oficial de Controle OC-V	BI	80
TC-AM-200	9	Oficial de Controle	50	Oficial de Controle OC-V	CI	43
TC-AM-200	10	Oficial de Controle	30			
TC-AM-200	11	Oficial de Controle	35			
TC-AM-201	9	Taquígrafo	03	Taquígrafo TQ-VI	AI	05
TC-AM-201	10	Taquígrafo	03	Taquígrafo TQ-VI	BI	04
TC-AM-202	8	Operador de Computador	01	Oper. Computador OP-VII	AI	02
TC-AM-202	9	Operador de Computador	02	Oper. Computador OP-VII	BI	04
TC-AM-203	11	Auxiliar de Controle	15	Aux.de Controle AC-VIII	AI	35
TC-AM-203	12	Auxiliar de Controle	15	Aux.de Controle AC-VIII	BI	30
TC-AM-203	13	Auxiliar de Controle	30			

GRUPO OCUPACIONAL III
ATIVIDADES AUXILIARES DIVERSAS

GRUPO OCUPACIONAL III
ATIVIDADES AUXILIARES DIVERSAS

CODIGO	NÍVEL	DENOM. CARGOS-CLASSES	Nº DE CARGOS	CARGOS	CLASSE/REFERÊNCIA	Ocupantes
TC-AD-300	14	Auxiliar Administrativo	43	Aux.Administrativo AD-IX	AI	30
TC-AD-300	15	Auxiliar Administrativo	33	Aux.Administrativo AD-IX	BI	60
TC-AD-300	16	Auxiliar Administrativo	20			
TC-AD-301	16	Telefonista	01	Telefonista TL-X	AI	05
TC-AD-301	17	Telefonista	02			
TC-AD-302	17	Auxiliar de Serviço	03			
TC-AD-302	18	Auxiliar de Serviço	03			

outras providências.

A proposição segue, quanto às bases e critérios gerais, e com as mesmas diretrizes adotadas por ocasião do envio do Anteprojeto de Lei que resultou na Lei n° 8082/85. Essa Lei, contudo, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, que definiu a prerrogativa dos Tribunais de Contas de proporem aos respectivos Poderes Legislativos estaduais, diretamente a criação, a forma de provimento e os vencimentos dos cargos de seus auxiliares, de acordo com o Art. 115, inciso II, da Constituição Federal.

Portanto, inexistente óbice que impeça a normal tramitação deste Projeto pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 55/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 82/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo alienar à TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900 m², na Avenida Manoel Ribas, desta capital, integrante do patrimônio do IAM e adquirida pelo Estado do Paraná conforme matrícula n. 3.769, da 1.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade, com EMENDA.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário em número de 2 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Algaci Túlio, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO DE N. 03

Art. 1º - Onde se lê INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR, IAM, leia-se FASPAR.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

José Afonso Júnior, Nilton Barbosa, Vera Agibert, Dirceu Manfrinato, Raul Lopes.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N. 02 AO PROJETO DE LEI N. 55/85

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação e cumprimento das demais formalidades legais, alienar à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900 m² (dois mil e novecentos metros quadrados), na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do extinto Instituto de Assistência ao Menor - IAM e havida pelo Estado do Paraná, conforme escritura pública de desapropriação lavrada a fls. 1, do Livro 214-N, do 5º Tabelionato de Notas da Comarca de Curitiba e matrícula n. 3769, da 1.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da mesma Comarca.

Art. 2º - A prévia avaliação de que trata o artigo anterior deverá ser realizada por uma comissão constituída por representantes do Poder Executivo, Poder Legislativo e da Câmara de Valores Imobiliários do Paraná.

Art. 3º - O valor integral auferido na alienação de que trata o art. 1º será repassado à Fundação de Ação Social do Estado do Paraná - FASPAR e aplicado em programas de assistência e amparo ao menor.

Art. 4º - O repasse de que trata o artigo anterior deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de conclusão da referida alienação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Valderi Mendes Vilela, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli e Basílio Zanuso.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n. 55/85. Em votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Para encaminhar, Senhor Presidente a votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência terá a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estamos apresentando um requerimento, para que seja retirado da pauta por 5 sessões o Projeto de Lei n. 55/85, que autoriza o Poder Executivo a alienar um imóvel de propriedade do Instituto de Assistência ao Menor, IAM, à TELEPAR.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O motivo que nos leva a tal requeri-

mento é a necessidade da elaboração do laudo de avaliação, instruindo o projeto com o valor da alienação a ser efetuada.

Vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados. É um ditame e norma legal, exigida, que no Projeto de Lei, na Lei que se autoriza a alienação de bens públicos, que o valor conste no seu Projeto de Lei ou na sua Lei, após o cumprimento das devidas formalidades. E não acontece isto com o Projeto n. 55/85.

Não se pode argumentar também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que uma avaliação anteriormente elaborada, venha a diminuir o preço do imóvel, em função da inflação galopante que impera hoje nesse País, é bem verdade, que o descontrole econômico causa muitos problemas a toda a Nação.

Mas, poderia ser fixado o valor na lei autorizatória e o laudo poderia já ser feito, elaborado, constante o valor em OTNs, que é uma forma de correção dos valores, todos os dias, na estrutura econômica hoje em que este País se encontra.

Outro detalhe, que poderia ser usado Senhores Deputados, é a validade do prazo, fixando-o para que esse laudo de avaliação tivesse a sua vigência, de forma a não causar dano ao patrimônio público.

Atente-se ainda, para o fato de que o resultado da transação deverá ser aplicado em programas de assistência e amparo ao menor. É uma venda que seja concretizada fora das formalidades legais poderá causar prejuízos irreparáveis aos programas que serão estabelecidos pelo Executivo Estadual.

Portanto, sabendo-se o valor do imóvel condição necessária para a venda, lógico se saberá o quanto vai ser aplicado nestes programas em favor do menor. Por outro lado, é bom lembrar também que o não cumprimento da formalidade legal, poderá acarretar prejuízos a esses programas, porque poderá haver recursos junto a Justiça, através das ações próprias, visando o cumprimento da Lei e a sua ineficácia poderia ser declarada a qualquer momento, prejudicando desta forma, o objetivo da transação que tem interesse social.

Salienta-se também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a juntada ao Projeto do laudo de avaliação, em nada prejudica o processo, isto é, o Projeto de Lei, que já vem se arrastando há muito tempo nesta Casa, sem motivo que assim o justifique. Assim sendo, Senhores Deputados, o laudo de avaliação é uma segurança para o patrimônio público e para o investimento que se pretende fazer pelo Executivo. E aprovar uma Lei sem requisitos formais e legais é fazer com que o direito e a justiça sejam mais uma vez "sacada" dentro do próprio Parlamento, que elabora suas leis.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre o requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em cima do que acabou de falar o Deputado Valderi Mendes Vilela, queria chamar a atenção dos nobres Pares e vejo que já ocorreu o esvaziamento na Casa; parece-me que na hora de se discutir coisas que não são tão importantes para o Estado, a Assembleia lota de parlamentares e na hora das discussões dos processos, quando são importantes as presenças, e vamos a Casa se esvaziar. Mas, é problema é responsabilidade de cada um.

Senhor Presidente.

Queria fazer também algumas alusões a este Projeto e chamar a atenção dos Senhores Parlamentares, porque é de 1985 e tem uma sequência muito grande de falhas que precisam ser corrigidas antes de ser aprovado, muito embora o que se discute sobre ele já está concretizado. A área pertencente ao extinto IAM, Instituto de Assistência ao Menor, já está de há muito tempo ocupada pela TELEPAR, da qual o Governo do Estado é um acionista minoritário. Portanto, já se cometia um erro de há muitos anos de se permitir isso. Além do que, hoje nós não temos mais o Instituto de Assistência ao Menor, o IAM e vamos aqui aprovar um Projeto doando uma área do IAM à TELEPAR, quando não existe mais o IAM. Neste sentido, também dei entrada de uma emenda substitutiva, onde, no artigo primeiro, fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação e cumprimento das demais formalidades legais, alienar à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, uma área de terreno, medindo 2.900 metros quadrados, na Avenida Manoel Ribas, integrante do patrimônio do extinto Instituto de Assistência ao Menor. Então, temos de modificar o IAM, que não existe mais para FASPAR, estou certo, Deputado Caíto Quintana?

O Art. 2º: a prévia avaliação do que trata o artigo anterior deverá ser realizada por uma Comissão constituída por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e a Câmara de Valores Imobiliários do Paraná, porque não se trata de uma simples troca de um imóvel do Estado para o Estado, apenas para trocar de órgão para órgão, porque a TELEPAR não é totalmente paranaense, não é totalmente do Go-

verno do Paraná. E o Governo do Paraná, como já disse e repito, é um socio minoritário, então há que se fazer esta avaliação.

O artigo terceiro, nesta minha emenda substitutiva, por isso peço que seja apontado favorável a retirada, através do requerimento do Deputado Valderi Mendes Vilela, para que possamos acertar esta situação. O valor integral auferido na alienação de que trata o artigo primeiro, será repassado à Fundação de Ação Social do Estado do Paraná e não como está no projeto original, ao IAM, que não existe mais, para aplicação em programas de assistência e amparo ao menor, muito justo, na verdade.

Artigo quarto: O repasse de que trata o artigo anterior, deve ocorrer no prazo máximo de trinta dias, da data da conclusão da referida alienação, porque, vejam bem, já há alguns anos a TELEPAR usa o imóvel do IAM, do extinto IAM, e até hoje não sabemos se já foi feito esse repasse da diferença desse imóvel, quer dizer, já se passaram muitos anos, a inflação corroeu aquele valor, então há que se acrescentar aqui, de que este repasse seja feito no prazo mínimo de trinta dias.

Então, é para isso que gostaria de chamar a atenção dos companheiros, e se eu estiver até errado nas minhas conclusões, Deputado Caíto Quintana, vamos discutir em alto nível este projeto, porque pode aparecer, porque é um projeto que apenas transfere do Estado para a TELEPAR, mas esta não é totalmente paranaense, o Governo é minoritário do imóvel e cujo valor, cuja diferença repassada ao IAM para a FASPAR agora, terá que ter realmente uma compensação para o Estado. Veja, estou aqui como Deputado de Oposição, brigando pelos direitos do meu Estado, e é isto que eu queria alertar aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar) Apenas como justificativa.

Para que não venhamos proceder a votação, sem o devido respeito à solicitação dos companheiros nas emendas deste projeto.

Inicialmente, a retirada de pauta, nós na votação de ontem, já votamos contrário, porque entendemos que o projeto está dando autorização ao Estado, para alienar, não procedendo a invocação de Vossa Excelência, do preço estipulado, porque o Estado poderá alienar e imediatamente poderá entrar em negociação.

Em segundo lugar, na emenda do Deputado Algaci Túlio, na sua preocupação, eu gostaria de alertar a Vossa Excelência que tenho também uma emenda neste projeto,

apenas retificando onde consta IAM, leia-se FASPAR e não concordamos com a comissão de avaliação por uma única razão, isto porque sabemos que as comissões via de regra, começam a discutir, discutir, discutir, prejudicando o andamento da negociação que porventura esteja sendo realizada. A preocupação de Vossa Excelência é procedente, de que num período de trinta dias seja repassado à FASPAR, no entanto, legalmente, o Estado tem a obrigação de receber já esse cheque e depositá-lo imediatamente com a FASPAR até para o cumprimento da lei que está sendo votada, porque a lei é muito clara, que o produto dessa venda será do IAM ou então, pela transformação da FASPAR.

Era só para esclarecimento, em respeito aos companheiros da Oposição.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. REJEITADO.

Em discussão o Projeto. - APROVADO.

Em votação as emendas: Emenda n° 1 do Deputado Trajano Bastos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)

Sr. Presidente, é redundância, pois consta no corpo do artigo exatamente isso.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Não consta não, nobre Deputado Caíto Quintana, porque a emenda do ex-Deputado Trajano Bastos, só muda uma palavra, observei isso aí, em vez de deverá ela menciona será. Só isso.

O SR. CAÍTO QUINTANA - ... mas deverá é uma imposição na gramática brasileira. Não é poderá.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Ele só atualiza o texto mudando uma palavra. Isto aí não muda nada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Exato. Por isso, acho que a emenda é inócua, porque se constasse poderá, mas não consta deverá.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a Emenda. REJEITADA.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa já declarou como aprovada e vai submeter a sua Emenda à votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pedi dentro do espaço que era permitido, Sr. Presidente, invocando pela liberdade, pela democracia.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder à verificação de votação requerida pelo Deputado Algaci Túlio, embora tardiamente, mas considerando a liberalidade da Mesa, vai conceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se. (Pausa).

Não há quórum para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução n.

111/86, que trata da regulamentação das Lideranças na Casa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n. 111/86. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, às 10:00 horas, e uma Extraordinária, para logo após, ambas com a Ordem do Dia destinada a trabalhos nas Comissões.

Levanta-se a Sessão.